



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

WANDERLEIA MAFRA DE MOURA CORREIA

PARA ALÉM DAS ÁGUAS DO ITIBERÊ: PATRIMÔNIO AMBIENTAL E  
PAISAGÍSTICO DE PARANAGUÁ

MATINHOS

2023

WANDERLEIA MAFRA DE MOURA CORREIA

PARA ALÉM DAS ÁGUAS DO ITIBERÊ: PATRIMÔNIO AMBIENTAL E  
PAISAGÍSTICO DE PARANAGUÁ

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais, Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino das Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Harder

MATINHOS

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte  
Biblioteca Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

C824p Correia, Wanderleia Mafra de Moura  
Para além das águas do Itiberê: patrimônio ambiental e paisagístico  
de Paranaguá / Wanderleia Mafra de Moura Correia ; orientador  
Eduardo Harder. – 2023.  
72 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor  
Litoral, Matinhos/PR, 2023.

1. Educação patrimonial. 2. Itiberê, Rio – Paraná. 3. História e  
memória - Paranaguá. I. Dissertação (Mestrado) – Mestrado  
Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais.  
II. Título.

CDD – 333.7071



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO REDE NACIONAL PARA  
ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS - 33002045070P4

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **WANDERLEIA MAFRA DE MOURA CORREIA** intitulada: **PARA ALÉM DAS AGUAS DO ITIBERÊ: PATRIMÔNIO AMBIENTAL E PAISAGÍSTICO DE PARANAGUÁ**, sob orientação do Prof. Dr. EDUARDO HARDER, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 26 de Outubro de 2023.

Assinatura Eletrônica

31/10/2023 11:34:55.0

EDUARDO HARDER

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

31/10/2023 11:35:48.0

ANA ELISA DE CASTRO FREITAS

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

31/10/2023 13:03:38.0

ALAN RIPOLL ALVES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR)

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os profissionais da educação, desde os primeiros anos do Ensino Fundamental ao Ensino Superior, que se debruçam para pensar uma educação de qualidade que promova nos seus alunos o senso crítico e reflexivo, uma cidadania participativa, efetuosa e plena do seu lugar de viver.

Dedico a todos os meus alunos que foram, aos que são e àqueles que ainda serão.

Dedico ao meu neto João Inácio, minha inspiração para pensar o desenvolvimento infantil e as interações sociais que se estabelecem entre os humanos. A sua chegada me fez repensar o que quero deixar para a sua geração.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, autor e consumidor da minha fé  
À UFPR – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral

Aos colegas e professores do PROFCIAMB

Ao Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá – IHGP, por me disponibilizar seu  
acervo de imagens

Agradeço aos historiadores, professores e pesquisadores que guardam a memória  
de um povo, seu trabalho é imensurável

Ao meu orientador, que se propôs a pensar junto comigo uma educação para a  
promoção de uma cidadania plena

À um homem em especial, que não me deu seu nome, mas ensinou o valor do  
humano, ricas lembranças guardo desse homem justo e íntegro, meu padraсто Juca  
(*in memoriam*)

À minha mãe Ester, (*in memoriam*) pela sua coragem nos seus últimos meses aqui  
na Terra. Suas conversas, seu colo, sua comida, sua experiência de vida que  
guardo na minha memória e em meu coração

À minha sogra Zefira (*in memoriam*), pela sua experiência de vida me ensinou o valor  
da educação e como ela pode mudar a vida de alguém

Aos meus que se foram e aos que estão, por suas histórias contadas e vividas

Aos meus irmãos, Walkiria e Rafael, vocês são a força que me impulsiona

À família que constitui. Meu marido Luiz Henrique companheiro de jornada, minha  
filha Louine companheira nas pesquisas e trocas de conhecimento, meu genro  
Jaderson que quanto toca seu violão toca a minha alma. E meu amado neto João  
Inácio, a alegria dos meus dias. Vocês são meu porto seguro para o descanso do  
corpo, da mente e do espírito

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de  
Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Agência Nacional de Águas (ANA). “

“Os cientistas dizem que somos feitos de átomos, mas a mim, um passarinho contou-me que somos feitos de histórias”

Eduardo Galeano

## RESUMO

O presente trabalho se insere no campo da educação patrimonial. Para a abordagem neste campo de conhecimento elejo a autobiografia como um método possível para o desenvolvimento da pesquisa. Entendendo que o campo das experiências pode contribuir também para educação. Neste trabalho trago minha experiência de vida e faço um paralelo com o campo da educação e do patrimônio. A cidade e o rio Itiberê são elementos importantes que trago, pois trazem em seu cerne o conhecimento e a experiência. A cidade histórica é margeada por um rio que tem uma dinâmica urbana intensa desde os tempos mais remotos. E está presente na história e nas produções artísticas. Ora emoldurando uma obra de arte, ora sendo o principal elemento dela. Para o produto técnico educacional proposto, o estudo apresenta uma sequência didática fundamentada com a metodologia da proposta triangular de Anna Mae Barbosa. Os conteúdos abordados estão no currículo da educação básica do município de Paranaguá. E por fim, o planejamento do trabalho docente e a prática pedagógica com os alunos do terceiro ano da escola Municipal Luiz Vaz de Camões, em que atuo como professora, na qual propus uma “aula passeio”. No primeiro momento em sala de aula, a historiografia da cidade onde compartilhamos imagens e informações e a navegação no Google Earth para conhecer o trajeto. No segundo momento em campo, a apreciação e fruição durante a aula passeio. Por fim, uma produção feita pelos alunos. Unindo os três momentos de maneira interdisciplinar, trabalhamos as disciplinas de Geografia, História e Arte. A proposta foi fazer o percurso caminhando, com visitas em três pontos importantes: a Igreja São Benedito, a matriz Nossa Senhora do Rosário e o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR.

**Palavras-chave:** memória; identidade, pertencimento; consciência; cidadania.

## ABSTRACT

This work is part of the field of heritage education. In order to approach this field of knowledge, I chose autobiography as a possible method for developing the research. I understand that the field of experiences can also contribute to education. In this work I bring my life experience and draw parallels with the field of education and heritage. The city and the Itiberê River are important elements that I bring to the table, as they are at the heart of knowledge and experience. The historic city is bordered by a river that has had an intense urban dynamic since ancient times. And it is present in history and in artistic productions. Sometimes it frames a work of art, sometimes it is its main element. For the proposed technical educational product, the study presents a didactic sequence based on Anna Mae Barbosa's triangular proposal methodology. The contents covered are in the basic education curriculum of the municipality of Paranaguá. And finally, the planning of the teaching work and the pedagogical practice with the third grade students of the Luiz Vaz de Camões Municipal School, where I work as a teacher, in which I proposed a "walking lesson". First, in the classroom, the historiography of the city, where we shared images and information and navigated Google Earth to get to know the route. Secondly, in the field, appreciation and enjoyment during the class walk. Finally, a production made by the students. Uniting the three moments in an interdisciplinary way, we worked with the subjects of Geography, History and Art. The proposal was to walk the route, visiting three important points: the São Benedito Church, the Nossa Senhora do Rosário parish church and the UFPR Museum of Archaeology and Ethnology.

Keywords: memory; identity; belonging; awareness; citizenship.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Santuário de Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas, Minas Gerais.....	31
Figura 2 – Cais do Valongo, Rio de Janeiro.....	32
Figura 3 – Fonte de Hércules e Hidra do Jardim da Ilha de Aranjuez – Espanha...32	
Figura 4 – Capela do Bom Jesus dos Perdões em Paranaguá.....	37
Figura 5 – As margens do Rio Itiberê da Ilha dos Valadares.....	38
Figura 6 – Último local do Porto, na rua General Carneiro – 1916.....	40
Figura 7 – Deocir Gomes dos Santos – rua do porto em Paranaguá.....	43
Figura 8 – Alfredo Andersen – Porto de Paranaguá – 1918.....	43
Figura 9 – Rafael Lopes da Silva - Rua do porto em Paranaguá.....	43
Figura 10 – Mural de Emir Roth – Mercado do Peixe – Paranaguá – PR.....	44
Figura 11 – Composição de imagens dos alunos na sala de aula.....	54
Figura 12 – Composição de imagens dos alunos na sala de aula.....	55
Figura 13 – Captura de tela do mapa do roteiro (Google Earth) .....	55
Figura 14 – Composição de imagens do trajeto feito desde a saída da escola até a Igreja São Benedito .....	56
Figura 15 – Composição de imagens da visita à Igreja São Benedito e saída para a Matriz.....	57
Figura 16 - Composição de imagens: chegada e interior da Matriz Nossa Senhora do Rosário.....	58
Figura 17 - Casa Brasília Itiberê e Mon Senhor Celso.....	58
Figura 18 – Composição de imagens: Saída da Matriz Nossa senhora do Rosário, trajeto e chegada ao MAE.....	59
Figura 19 – Composição de imagens no MAE.....	59
Figura 20 – Composição de imagens na sala de aula (as produções) .....	60
Figura 21 – Composição de imagens (processo de montagem da exposição.....	61
Figura 22 – Composição de imagens da exposição.....	61
Figura 23 – Composição de imagens da exposição .....	61
Figura 24 – Cartografia – Bacia Hidrográfica de Paranaguá – Rio Itiberê.....	71

## **LISTA DE SIGLAS**

APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina  
BNCC - Base Nacional Comum Curricular  
CEMEI – Centro Municipal de Educação Infantil  
CEPHA – Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná  
CMEI – Currículo Municipal da Educação Infantil – Paranaguá PR  
CREP – Currículo da Rede Estadual Paranaense  
DEPAM – Departamento de Patrimônio e Material  
DOU – Diário Oficial da União  
EI – Educação Infantil  
FAFIPAR – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Paranaguá  
IHGP – Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR  
PPP – Projeto Político Pedagógico  
SEMEDI – Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral  
TI – Terra Indígena  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1 O desenvolvimento de um método de pesquisa.....	15
<b>2 MEMÓRIAS E REMINISCÊNCIAS: ESBOÇOS PARA UMA AUTOBIOGRAFIA RUMO AO RIO DA VIDA</b> .....	18
<b>3 PATRIMÔNIO AMBIENTAL E CIDADES HISTÓRICAS</b> .....	23
3.1 Natureza e cultura, um debate necessário.....	26
3.2 Perspectivas do conceito de paisagem cultural.....	30
<b>4 PARANAGUÁ, UMA CIDADE CONSTRUÍDA EM TORNO DE UM RIO</b> .....	36
<b>5 APROXIMAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL DESDE A INFÂNCIA</b> .....	45
<b>6 SEQUÊNCIA DIDÁTICA</b> .....	53
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	62
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	64
<b>OBRAS INSPIRADORAS</b> .....	65
<b>SITES CONSULTADOS</b> .....	67
<b>REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS</b> .....	68
<b>ANEXO I - UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA</b> .....	69
<b>ANEXO II - BASE CARTOGRÁFICA</b> .....	71
<b>ANEXO III - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM</b> .....	72

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere no campo da experiência para construir um caminho metodológico para a prática da educação patrimonial. De modo que se faz importante discorrer sobre os conceitos de patrimônio cultural, paisagem e paisagem cultural. Esse movimento metodológico nos fez eleger a autobiografia como fio condutor, para construir uma didática voltada à educação patrimonial.

No presente trabalho apresento o texto “Desenvolvimento de um método de pesquisa” e, nesta construção, percebo que o método escolhido foi sendo construído ao longo do processo da pesquisa. E a autobiografia foi uma metodologia promissora para pensar as práticas pedagógicas para a educação patrimonial e a sensibilização para a promoção de uma cidadania afetuosa do seu lugar de viver.

Na segunda parte do trabalho, no texto que intitulo “MEMÓRIAS E REMINISCÊNCIAS: ESBOÇOS PARA UMA AUTOBIOGRAFIA RUMO AO RIO DA VIDA”, trago as minhas vivências desde a região em que nasci e vivi a primeira infância: em Rio Negro, sudeste do Paraná e Mafra, no planalto norte catarinense, cidades que são separadas por uma ponte sobre o rio Negro, até chegar ao lugar em que me fixei, Paranaguá. Mas entre esses espaços geográficos, há ainda um outro lugar de memórias em que passei parte da minha infância e adolescência: o litoral de Santa Catarina.

Foram importantes essas imersões no passado, pois elas me fizeram perceber que a minha trajetória me constituiu na pessoa que sou. Dentro deste texto há ainda a minha chegada em Paranaguá, no qual relato minhas descobertas sobre a cidade e o quanto ela está ligada aos meus antepassados. Descobertas que fiz quando cheguei à Paranaguá. Neste lugar me fiz mulher, esposa, mãe, profissional da educação e pesquisadora. Uma trajetória que me faz entender o valor do conhecimento. Entendendo que as vivências nos constituem como pessoas e passo a viver o que li em Paulo Freire, Jean-Marc Besse, C. Wright Mills e outros autores que li e ouvi, através de aulas na universidade, textos e palestras que participei. Foram muitas trocas e isso tem um valor imensurável.

No texto que intitulo “PATRIMÔNIO AMBIENTAL E CIDADES HISTÓRICAS” relaciono a urbanização de duas cidades históricas que tiveram a mesma configuração de ocupação: Iguape, cidade do litoral sul paulista, e Paranaguá no litoral sul paranaense. Por sua localização geográfica muito parecida, esses centros

urbanos tiveram um papel importante no ciclo do ouro na mesma época. Por esse motivo foram tombadas pelo IPHAN no mesmo processo de tombamento. Neste texto, trago a curiosa divergência entre os conselheiros quanto a paisagem da região de Paranaguá estar presente no processo de tombamento, o que não aconteceu de fato. A paisagem não foi considerada nesse processo de Paranaguá.

No texto a seguir intitulado “Natureza e cultura, um debate necessário”, trago algumas reflexões sobre o conceito de patrimônio, para justificar a importância da natureza e cultura de Paranaguá serem consideradas ambas, no mesmo grau de importância, patrimônio. Para complementar esse texto e elucidar o leitor quanto ao conceito de patrimônio e suas diferenças, logo a seguir discorro sobre o conceito de paisagem cultural em “Perspectivas do conceito de paisagem cultural”. Nesse texto trago o referido conceito nos âmbitos institucionais, com critérios definidos para a sua classificação. E aí temos os tipos de paisagens e quais elementos neles estão contidos para serem considerados paisagem cultural.

A seguir, no capítulo “PARANAGUÁ UMA CIDADE CONSTRUÍDA EM TORNO DE UM RIO”, apresento a historiografia local de forma breve, além das características físicas do lugar, como o espaço de natureza, o casario e população indígena, em suas relações com o rio Itiberê. Discorro sobre o porto, que tem um importante papel para o desenvolvimento da região enquanto cidade, desde a sua ocupação. Por sua localização geográfica privilegiada, tecnologia e logística para o escoamento de mercadorias, hoje o porto de Paranaguá é um dos maiores portos do Brasil em movimentação de mercadorias em contêineres e grãos, exportando a produção brasileira para o resto do mundo.

Ao longo de todo trabalho elejo algumas imagens a partir de fotografias e pinturas que apresentam a dinâmica da cidade, tendo a presença marcante do rio. Nelas lanço algumas reflexões - interpretações sobre as imagens -, acerca do processo de urbanização da cidade, o comércio e o porto ainda localizados no Centro Histórico de Paranaguá. Analiso, também, a presença do rio na historiografia local e a mudança do nome de Taguaré para Itiberê,

No texto que se segue, “APROXIMAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL DESDE A INFÂNCIA”, discorro sobre a educação básica em Paranaguá e apresento o currículo do município que rege a prática pedagógica dos professores da rede. Faço uma análise desse currículo e o que ele contempla acerca da educação patrimonial e ambiental. Também dentro deste título,

apresento o rio como uma sala de aula: com uma rede de relações com todas as ciências, das ciências naturais às humanas e o que cada uma delas contempla, numa dinâmica entrelaçada que podemos chamar de rede de conhecimento, que se conecta, mas não perde sua essência específica. Ainda que de forma sucinta, apresento os métodos que utilizo nas minhas aulas e os materiais didáticos que confecciono, sempre pensando no seu descarte adequado. E abordo, ainda, um conteúdo dentro do currículo que me encanta: a arte.

Neste mesmo capítulo, abordo também sobre a educação infantil e o currículo que norteia essa faixa etária, seu potencial cognitivo, as interações sociais e a aprendizagem em Lev Vigotsky. E também a importância de se trabalhar a cidade: um elemento fundamental, que proporciona à criança conhecimento e interações sociais importantes para o seu desenvolvimento global, além de um conjunto de habilidades que proporcionam à criança autonomia, criatividade e criticidade. E nesse movimento entre os saberes científicos e a criatividade é que vão sendo construídos novas formas de produzir conhecimento, perpetuando patrimônio cultural e também as práticas do mangue: como a pesca do caranguejo, o conhecimento sobre a vegetação, a valorização e a conservação desse ecossistema que é tão importante para a população de Paranaguá.

Por fim, trago no anexo uma proposta pedagógica que intitulo neste trabalho, “UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA” para a educação patrimonial e ambiental. Neste produto final solicitado pelos mestrandos profissionais, organizo uma prática pedagógica com a metodologia de Ana Mae Barbosa, que ela elabora para o campo das artes. De forma interdisciplinar trabalhei essa metodologia especificamente em Arte, Geografia e História, com os meus alunos do 3º ano da Escola Municipal Luiz Vaz de Camões. Nas conclusões, apresento algumas reflexões dessa trajetória de imersão na minha própria história que em dado momento se entrelaça com esse espaço-cidade em que vivo e (sobre)vivo. Essas vivências se refletem no meu trabalho intelectual enquanto professora e pesquisadora. A educação patrimonial e ambiental é um campo vasto de pesquisa e acredito que a presente produção possibilitará outros avanços nas reflexões propostas e preencher as lacunas deixadas.

## 1.1 O Desenvolvimento de um método de pesquisa

Muitas dúvidas surgem quando falamos em fazer pesquisa. Sabemos o que queremos estudar, mas decidir que caminho queremos ou precisamos trilhar é uma tarefa árdua. Muitos são os métodos e essas abordagens são sistemáticas ao levantar uma questão sobre o objeto, investigar o problema com variadas possibilidades. E aqui o argumento seria que, as rodas da evolução movem-se devagar, é um processo lento, construído gradualmente até este momento, num movimento de ir e vir não linear, mas com possibilidades.

Leituras, poesias, textos, livros e experiências fizeram parte das reuniões de orientação para a pesquisa, em conjunto com a indignação à alguma notícia, as dores, inquietações, enfermidades, o processo de despedida da minha amada mãe, a morte súbita da Laurinha - aluna da escola - e de tantas outras pessoas durante a pandemia de Covid-19. Houve lágrimas, mas houve risos também e esse processo de investigação tornou-se mais autêntico, sem as amarras sistemáticas de ter que alinhar uma ideia à uma metodologia previamente definida. E as reuniões foram leves e esse momento serviu-me muito bem para libertar-me para a escrita, provocada para registrar minhas memórias, experiências de vida pessoal, acadêmica e profissional. Aí vieram as memórias da infância, da juventude, das perdas, das conquistas, do trabalho e do trabalho intelectual. E neste ponto do trabalho intelectual um autor foi-me apresentado, C. Wright Mills. A experiência de vida para Mills, deve ser aprimorada, pois.

[...] o trabalhador intelectual forma-se a si próprio na medida em que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício; para realizar suas próprias potencialidades, e quaisquer oportunidades que surjam em seu caminho, ele constrói um caráter que tem como núcleo as qualidades do bom trabalhador. Isto significa que deve aprender a usar sua experiência de vida em seu trabalho intelectual [...]. (MILLS, 2017, p.17)

Também o trabalhador intelectual - como os docentes -, na medida em que constrói e reflete sobre sua experiência prática do cotidiano, aperfeiçoa seu trabalho intelectual. E nesse sentido, nos processos de orientações, que chamo particularmente de conversas, é que chegamos a um ponto importante para o trabalho, ao identificar que é justamente a **experiência** que confere sentido prático e permite qualificar a teoria em uma escrita. Essa percepção nos leva à uma metodologia que parte da prática e das experiências, para o registro e interpretação

da memória coletiva, do repertório de conhecimentos presentes na sociedade. E que se revelou um princípio orientador de método interessante para o desenvolvimento do trabalho.

Ainda no campo dos princípios e valores éticos orientadores, considero que nós, enquanto seres humanos, aprendemos e nos constituímos enquanto humanos a partir das experiências compartilhadas, daquilo que nos foi proporcionado e oportunizado ao longo da vida. E isso carrega um valor importante na construção da pessoa que somos e, no campo da docência, o que no outro queremos desenvolver. Toda a nossa prática, nossos conhecimentos, partem das experiências vividas já na primeira infância.

Insistindo na relevância da dimensão deontológica que orienta o presente trabalho, considero também que se queremos desenvolver na pessoa: autonomia, responsabilidade, criatividade, sensibilidade, fruição, etc., teremos que possibilitar a ela experiências que propiciem tais qualidades.

Ou seja, partindo desse pressuposto, também considero ser importante a pesquisa trilhar por esse caminho metodológico das experiências vividas e compartilhadas. Mas não exclusivamente, por acreditar que não existe apenas um método único numa pesquisa, e sim vários métodos em um mesmo propósito. Paulo Freire dá valor às experiências do real, concreto da vida social, quando coloca o movimento entre pensamento, linguagem e realidade como processo de criação ao observar que:

É preciso não esquecer que há um movimento dinâmico entre pensamento, linguagem e realidade do qual, se bem assumido, resulta uma crescente capacidade criadora de tal modo que, quanto mais vivemos integralmente esse movimento tanto mais nos tornamos sujeitos críticos do processo de conhecer, de ensinar, de aprender, de ler, de escrever, de estudar. (FREIRE, 1993. p.7)

É nesse contexto que Paulo Freire coloca a ação criadora da experiência como ponto de partida e de chegada no **processo de criação**. Colocando sua experiência na escrita do texto, ele relata o que: “o processo de escrever que me traz à mesa, com minha caneta especial, com minhas folhas de papel em branco e sem linhas”, ou seja, o substrato material e basilar, “condição fundamental para que eu escreva”, na realidade “começa antes mesmo que eu chegue à mesa, nos momentos em que atuo ou pratico” (FREIRE, 1993, p.7).

O processo de criação, pesquisa e as reflexões que inter-relacionam diferentes instantes e momentos da complexa vida socioambiental de Paranaguá, com seu rio Itiberê que transpassa a cidade e minha trajetória subjetiva e profissional desaguam, ao final, em uma proposta de sequência didática que poderá evocar novas experiências para além da sala aula no campo da educação patrimonial e ambiental, com especial atenção à interpretação da paisagem desde a infância na escola.

Manoela dos Anjos, articula conceitos de espaço e lugar e culmina o termo “Autobiogeografia”. A autora apresenta as abordagens oferecidas pela geografia humanista e pela geografia feminista. E destaca a relevância da política do lugar e da política da identidade para o campo das escritas de vida póscoloniais. No presente trabalho, os conceitos de espaço e lugar me fizeram pensar a autobiogeografia e a experiência, com forte potencial para pensar o campo da educação patrimonial e ambiental. A autobiografia situada no espaço se coloca neste sentido como um método promissor para desenvolver um pensamento crítico na educação patrimonial e ambiental. Nesse sentido, busquei uma metodologia que possibilita lançar um olhar sobre o patrimônio cultural, articulando os conceitos mobilizados por Manoela Rodrigues e implícitos na noção de autobiogeografia, tais como espaço, lugar e narrativa.

## 2 MEMÓRIAS E REMINISCÊNCIAS: ESBOÇOS PARA UMA AUTOBIOGRAFIA RUMO AO RIO DA VIDA

Nasci em uma cidade em que nunca morei. Minha mãe deu-me à luz na cidade de Rio Negro, no estado do Paraná, mas morava em Mafra, estado de Santa Catarina. Essas duas cidades são divididas por uma ponte sobre o rio Negro. Poucas lembranças tenho de Mafra, mas foram muito significativas. Penso que as vivências em Mafra me constituíram como pessoa, cercada de mimos, sendo a primeira neta e a primeira sobrinha de muitos tios. O nascimento de minha irmã, um ano após o meu, me aproximou dos meus tios e avós, visto que a chegada do bebê detinha a maior parte do tempo dos pais. Mas a filha mais velha também precisava de cuidados e fui especialmente acolhida pela família. Foram tempos importantes e que trago comigo e me constituíram como pessoa.

Como neta de maquinista, lembro vagamente de algumas narrativas do “tempo da guerra”<sup>1</sup>, quando meu avô puxava os erres da palavra “guerra”, batendo a língua no céu da boca. Dizia ele: - “No tempo da guerra...” e alguma memória era acionada em seu vasto repertório. Como, por exemplo, a escassez do açúcar, ou quando foi promovido de foguista à maquinista. E ainda as lembranças, primeiro da Maria Fumaça e depois da Litorina. Meu avô aposentou-se em 1968, com seus 50 anos de idade.

Ainda nessa época de pujança das estradas de ferro no Brasil, lembro quando meu tio e minha mãe nos levavam, eu e minha irmã, ainda na madrugada para pegar o trem e assim voltarmos para casa, em outra cidade. As lembranças me vêm: do meu tio caminhar pelos trilhos e de ouvir o barulho de seus pés passando pelos dormentes e pelas pedras de brita, me carregando nos braços no cortante frio de Mafra. Mas não me lembro do trem! Do trem, tenho comigo apenas uma vaga lembrança do apito e do barulho da máquina, muito forte e muito próximo de mim.

A casa de meus avós era uma casa como deve ser a casa de avós em qualquer imaginário familiar: grande e acolhedora, com muitas árvores frutíferas para fazer compota. Lembro das macieiras, pereiras, pessegueiros, caquizeiros. E também da figueira, a plantação de milho de pipoca, zelosamente cuidada por minha bisavó Paulina, a mãe de minha avó Cremehilda que era descendente de alemães. Os

---

<sup>1</sup> Guerra aqui, se refere à 2ª Guerra Mundial.

doces de frutas, apurados na panela grande. Os pirulitos feitos nas forminhas de ferro e que tinham dois modelos diferentes: menino e menina. As formas para cortar as bolachas de Natal de variadas formas, como árvore de natal, rosto do papai Noel e bichos de variados formatos. E depois era tudo decorado com clara em neve e enfeitado com confeitos coloridos. Ainda hoje se veem esses biscoitos nas padarias, mas iguais aos que minhas bisavó e avó faziam, somente a dona Maria da cidade de Camboriú tem receita igual. E vende a lata de margarina de dez quilos cheia. Virou tradição comprar as bolachas da dona Maria, já que ninguém faz as bolachas de Natal na família hoje em dia.

Foi uma infância rica em tradições familiares e culturais, passadas por gerações. A família da minha avó materna, era descendente de alemães. Eram de tradição religiosa protestante e se instalaram em São Francisco do Sul, Joinville e depois Mafra. E a família por parte de meu avô materno (o ferroviário), eram de Paranaguá. Não recordo meus avós por parte de pai biológico, porque desconheço suas origens por conta do “desquite” dos meus pais. Sei apenas que eram da região de Blumenau.

Em Paranaguá, a família da minha bisavó tinha uma pequena propriedade rural, possivelmente na região de Alexandra. Algumas pessoas dizem que ficava onde hoje há a pedreira ou próxima dela. Lembro quando ela falava que sua família possuía alguns escravos e que era da família Marques. Essa Paranaguá do século XIX faz parte das minhas memórias da infância através das narrativas dos meus avós (bisavó e avô). Essas memórias me foram transmitidas e as identifiquei em Paranaguá. De fato, havia uma tradicional família Marques e a cidade tinha sido em centro escravocrata. Nessa época eu não conhecia a história de Paranaguá, somente alguns fragmentos das memórias familiares e somente mais tarde fiz conexões com a historiografia local.

Uma história que minha bisavó sempre contava: havia uma escrava que cuidava dela desde a infância e que teve, nas palavras da época, a “petulância” de ir ao seu casamento sem a autorização do seu pai. Além disso ingressou em uma igreja em que não poderia entrar, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, pois a igreja que ela poderia frequentar naqueles tempos era a Igreja de São Benedito, dos “negros”. E por fim, ela expressou seu carinho e beijou a noiva. Por conta disso foi duramente repreendida. Tristes e injustos tempos... Ouvia sempre essa história, mas achava que minha bisavó confundia as coisas, pelo fato de a escravidão ter sido

banida no Brasil em 1888. E no registro de nascimento de minha bisavó consta que ela nasceu em 1898, portanto dez anos depois da Lei Áurea. Por outro lado, na prática muitas pessoas escravizadas não foram libertadas de imediato, mantendo o vínculo com seus antigos senhores com a promessa de alguma proteção e assistência. E quando cheguei a Paranaguá, para minha surpresa, a tal igreja dos “negros” existia mesmo!

Mas antes de residir em Paranaguá, com meus sete anos fui morar em Itajaí, por conta do segundo casamento da minha mãe. Itajaí era muito diferente da velha Mafra: uma vida mais acelerada, mais rápida. Fomos morar num apartamento no centro da cidade, na Avenida Hercílio Luz. O barulho dos carros e as luzes refletidas nas cortinas não nos deixavam dormir. Eu e minha irmã vivíamos a angústia de duas crianças que subiam em árvores, brincavam na casinha do porco, alimentavam os patos e corriam atrás das galinhas e agora se sentiam presas em um apartamento. Mas somente a saudade da casa dos avós me vem à memória. E quando vinham nos visitar era uma felicidade. Ou quando retornávamos à Mafra nas férias de verão ou inverno, para sentir o frio cortante, mas gostoso da região.

Quase não saíamos do apartamento e somente fomos à escola no ano seguinte, em 1975. Entrei na escola com sete anos em Mafra e permaneci somente três meses ao não me adaptar à instituição. Retornei à escola em Itajaí aos 8 anos e dessa época guardo ricas lembranças da minha professora da 1ª série. Dona Graça era uma mulher sábia, bonita e uma lição me vem à mente com muita força. Ela sempre nos passava seu conhecimento de forma teatral: realizava a leitura de poesias para a turma todos os dias antes de iniciar a lição, arregalava os olhos e imitava as personagens das histórias que contava, cada um com uma voz diferente.

Esse é o **espaço da escola**, com recordações de um contexto vivenciado na década de 1970, em que muitas escolas ainda eram construções feitas da outrora abundante madeira nativa, usávamos a famosa (e criticada) cartilha Caminho Suave e rezávamos diante de um crucifixo. Vinda de uma família protestante, não podíamos rezar diante de uma imagem. Mas na escola éramos obrigados a rezar diante de uma, pois não se falava na década de 1970 sobre diversidade religiosa. A educação moral e cívica era a realidade nos currículos escolares na época. Sobre a ditadura e a questão política, me recordo de meu pai (padrasto) falar sobre a violência daqueles tempos. Ele não gostava de discutir política com outras pessoas

que não fossem os de casa e aprendíamos desde cedo a temer a repressão do regime militar.

Com nove anos fomos para Balneário “de” Camboriú, hoje Balneário Camboriú por sua emancipação de Camboriú na década de 1960. Curioso que ainda copiávamos o cabeçalho, como “Balneário de Camboriú” na escola”. Nascer num lugar e crescer em outro dá a sensação de **não pertencer**, de fato, a nenhum desses lugares. E essa sensação me vem quando visito Rio Negro, Mafra, Itajaí, Balneário Camboriú e Camboriú. Não me sinto pertencente a esses lugares, apesar da minha família ter fixado residência há décadas em Balneário Camboriú e Camboriú (tios e primos) e eu ter passado nessas cidades parte da minha infância e adolescência.

Sobre o lugar na escola nessa época, educação básica da primeira à quinta série, lembro também que nada era contextualizado: o conhecimento vinha de fora, sem significados, não era palpável e distante da realidade do lugar. Nas aulas de história, a temática indígena, por exemplo, fazia alusões apenas ao dia do índio e os desenhos mimeografados nos traziam o indígena norte-americano. Quanta riqueza de história e cultura que foram negligenciadas! Não consigo me lembrar das aulas de ciências contemplando o território de vida, com seus rios, a pesca artesanal, os museus, etc.

A minha vida em Paranaguá tem início quando me casei quase (sete dias) ao completar dezenove anos. A família do meu marido é parnanguara desde seus antepassados, ou seja, até onde se sabe, seus tataravôs. São do lugar a muitas gerações e talvez por conta disso eu tenha me apropriado do lugar e encontrado um **sentimento de pertencimento**. Minha sogra era pedagoga e professora. Ela compartilhava comigo suas memórias de infância entrecruzadas com a vida social de Paranaguá. E essas memórias estavam muito relacionadas com a dinâmica da cidade, o porto, o rio, o manguezal e as cidades de Morretes e Antonina.

Memórias que eu mesma ouvia também de sua mãe, avó de meu marido, nomeada professora em Morretes, a dona Maria. As professoras que haviam cursado ao menos até a 4ª série eram nomeadas para ensinar as crianças e os adultos da sua comunidade. As escolas eram multisseriadas, com crianças de várias idades todas juntas. Dona Maria recorda que foi um tempo difícil e depois teve que

deixar a docência em virtude de uma lei<sup>2</sup> que obrigava as professoras a terem o magistério. Ela não podia estudar em Paranaguá, devido à incompatibilidade de horários do trem. Desistiu e aceitou o cargo de servente até que se aposentasse. Talvez por conta da sua desilusão, trabalhou para que sua filha, minha sogra, estudasse. Ela lavava e engomava as indumentárias das professoras e alunas do magistério do Instituto de Educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha Neto, em Paranaguá. Dona Maria recordava que somente as filhas das famílias mais ricas é que estudavam no Colégio. Mas como era uma pessoa que agregava as pessoas aos seu redor, conseguiu uniformes e livros usados das meninas ricas. Ela dizia com orgulho que sua filha primogênita escolheu estudar, fez os exames admissionais na Escola Normal e passou com “louvor”. Segui os passos da minha sogra: era uma mulher forte, inteligente e à frente do seu tempo. Cada minuto com ela era uma aprendizagem sobre a vida e o lugar que elegi para viver.

Em Paranaguá tive minha única filha e sua escolarização foi um desafio. Os limites pedagógicos da época, com as dificuldades no reconhecimento das diferenças no ambiente escolar e um senso comum que atribuía somente às crianças a responsabilidade pelo seu desempenho me fizeram retornar aos estudos. Voltei aos bancos escolares e continuei meus estudos de onde parei. Aos 40 anos ingressei no ensino superior como estudante com um objetivo principal: entender o que acontecia com a minha filha, já que sempre identifiquei nela uma pessoa inteligente e muito integrada em tudo o que acontecia ao seu redor em termos sociais. Logo me apaixonei pela educação e mergulhei na busca de novos conhecimentos.

---

<sup>2</sup>No Paraná, a formação dos professores teve início oficialmente em 12 de abril de 1876, pela Lei nº 456.

### 3 PATRIMÔNIO AMBIENTAL E CIDADES HISTÓRICAS

Iniciarei o presente capítulo com a carta de Pero Vaz de Caminha (1500), onde relata em detalhes e de forma poética (a meu ver) as características físicas do território que viria no futuro a ser designado como Brasil e os seus habitantes.

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro e Minho<sup>3</sup>, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!” Trecho da carta de Pero Vaz de Caminha (1500).

Assim começou a narrativa sobre o processo de colonização no Brasil. As regiões litorâneas foram sendo gradativamente ocupadas, conforme nos conta a historiografia nacional. A região do litoral paranaense e mais especificamente Paranaguá, foi uma das cidades que foram fundadas desde as antigas vilas do império português. Por sua vez, a região onde hoje é o município de Iguape, cidade do litoral sul paulista, também teve o mesmo processo de ocupação. E em razão disso foi tombada como patrimônio histórico em processo paralelo ao de Paranaguá.

Esses dois centros urbanos tiveram importante papel no primeiro ciclo do ouro no Brasil. E sua localização geográfica semelhante contribuiu muito para o processo de exploração do ouro nas duas grandes regiões. Esse intercâmbio cultural entre colonizadores e populações indígenas contribuíram para consolidar as cidades históricas que se desenvolveram através do Ciclo do Ouro, como Paranaguá e Iguape. A chamada Repartição do Sul marca o início da mineração e a fundação das primeiras vilas do país.

Em Provisão de 17 de setembro de 1658, a Rainha-Regente D. Luísa de Gusmão (em nome de Afonso VI) separou as capitânicas do Sul do Governo

---

<sup>3</sup>O Entre-Douro-e-Minho foi uma província histórica de Portugal composta pelos atuais distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto e parte dos distritos de Aveiro, Viseu e Vila Real, no tempo da monarquia portuguesa. Esta província foi donde surgiu a nacionalidade de Portugal e possui um forte perfil e coesão identitários, em termos físicos, naturais, humanos e sociais, sendo uma nomenclatura recorrente usada por vários demógrafos para referir o noroeste de Portugal (Minho e Douro Litoral). As suas principais cidades eram o Porto e Braga”. Por não encontrar nenhuma literatura específica e técnica, sobre a geografia de Entre-Douro-e-Minho, recorreu-se à Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Entre\\_Douro\\_e\\_Minho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Entre_Douro_e_Minho). Acesso em 10 de março de 2023.

da Bahia, colocando-as sob autoridade do governador do Rio de Janeiro e nomeando Salvador Corrêa de Sá e Benevides Governador Geral da Repartição do Sul, cargo que tomou posse em 17 de outubro de 1659.” (AVELLAR, 1970, pág. 127)

Interessante fazer referência ao processo do tombamento no qual as duas propostas de tombamento, o “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá, PR”, e o “Centro Histórico de Iguape SP”, foram resultado de um trabalho desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em escala regional brasileira. Nesse processo identificamos um elemento interessante e importante citado pela relatora, Rosina Coeli Alice Parchen<sup>4</sup>: “a paisagem”.

Na ata de tombamento, “Ata da 62ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN”, consta a palavra do arquiteto Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), Dalmo Vieira Filho, que traz a importância da Repartição Sul - marco inicial da mineração e a fundação das primeiras vilas do país – para a implantação das propostas de tombamento em rede. Dalmo Vieira Filho enfatiza:

(...) onde os bens se conectam e contribuem para explicitar seus valores para a sociedade. Agregando-se ao conceito de paisagem cultural, nesses estudos foram consideradas a estrutura do território e suas características geográficas, as formas de articulação da ocupação urbana, o intercâmbio cultural entre colonizadores e populações indígenas, as formas de organização social e as atividades econômicas que justificaram a implantação de uma rede urbana no sul do Brasil, ainda no século dezesseis. Esse momento da história do ouro, esse momento da história econômica do país, ainda pouco conhecido, se relaciona com algumas das primeiras fundações e núcleos urbanos no Brasil e com várias especificidades ainda não devidamente ressaltadas. (ATA DA 62ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – IPHAN, pág. 3)

Nota-se aqui, o conceito de paisagem cultural na expressão do arquiteto e diretor do DEPAM na época e que mais adiante iremos explorar. A conselheira Rosina Coeli Alice Parchen apresentou seu parecer referente ao processo de tombamento “N. 1.097-T-83, “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de

---

<sup>4</sup>Foi membro do Conselho Consultivo do IPHAN, como membro titular e membro suplente, por várias gestões, na cadeira do ICOMOS Brasil, solicitando o desligamento em abril de 2021. <https://www.gov.br/iphan/pt-br/composicao/superintendencias/anna-eliza-finger>. Acesso em 10 de março de 2023

Paranaguá - Paraná". Segundo a conselheira, em 1983 a Sociedade Brasileira de Heráldica e Medalhística já solicitava junto ao IPHAN o tombamento do Centro Histórico de Paranaguá, mas o processo não tramitou. Em 1988 a prefeitura de Paranaguá faz nova solicitação junto ao IPHAN. Somente em 28 de outubro de 2008 houve a recomendação para o tombamento - com o parecer do arquiteto Luiz Fernando P. N. Franco - do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Paranaguá. Em 05 de maio de 2009 finalmente foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a descrição da poligonal do tombamento e de seu entorno.

Justificando seu parecer favorável à inscrição do bem cultural no Livro do Tombo, a conselheira ressalta as qualidades paisagísticas, a cultura e o valor histórico desta parte da porção sul do Brasil. Em seus argumentos, Rosina Parchen reforça:

Os referenciais históricos, urbanísticos, arquitetônicos, sociais e culturais de Paranaguá que chegaram aos nossos dias, aliados as qualidades paisagísticas, fazem deste sítio, integrado a singular paisagem natural do complexo estuário-lagunar Iguape, Cananéia, Paranaguá, um local ímpar na costa brasileira. (ATA DA 62ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – IPHAN, pág. 8)

Além disso, o texto recomenda que a inscrição seja “sob o título de "Conjunto Histórico e Paisagístico de Paranaguá-PR" no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Mas o relatório é questionado por Ulpiano Bezerra de Menezes no que se refere à natureza paisagística relacionada ao processo de tombamento. A relatora observa que o valor paisagístico está relacionado ao curso do rio Itiberê, o qual precisa ser preservado também, e por isso recomenda que a denominação na inscrição seja de “Conjunto Histórico e Paisagístico de Paranaguá”. Em determinada passagem do relatório, ela assinala o que foi considerado no tombamento:

E esse tombamento também levou em consideração tanto na definição da área estadual, quanto na área federal, uma extensão da área de abrangência ao rio Itiberê, para sua proteção, procurando evitar o que aconteceu com muita rapidez na cidade, que foi, não o assoreamento do rio, mas uma extensão na área que chamamos de aterramento portuário, bastante grande. Para preservar essa paisagem é importante que a área natural esteja incluída”. (ATA DA 62ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – IPHAN, pág. 9)

Portanto, nota-se nesse processo de tombamento do Centro Histórico de Paranaguá uma discussão em torno da inclusão da paisagem como elemento importante para a proteção integral de área que compreende o rio Itiberê. Ou seja, para preservar o conjunto arquitetônico seria importante a manutenção da paisagem relacionada ao rio no processo de tombamento. Mas não foi assim, infelizmente. Houve um reconhecimento na fala dos técnicos de que a paisagem faz parte do conjunto, ou seja, tem qualidades paisagísticas com valor histórico, mas não se chegou a um consenso. E, nos autos do processo, a poligonal do Centro Histórico foi tombada, não como "Conjunto Histórico e Paisagístico de Paranaguá- Paraná" e sim "Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá, PR", excluindo neste sentido o valor histórico e cultural da paisagem.

### 3.1 Natureza e cultura, um debate necessário

A partir reflexões presentes até o momento, é possível alçar o debate para as relações entre a preservação articulada das dimensões da natureza e da cultura, elementos constitutivos que caracterizam o território de Paranaguá. Pensar Paranaguá sem associá-la com a natureza não é concebível, visto o Centro Histórico estar muito próximo do rio Itiberê e dos manguezais. Este último um bioma importante para o ciclo de vida de muitas espécies marinhas e para a população da região, que para além da pesca do caranguejo disfruta dos benefícios que o manguezal traz para essa população e para o equilíbrio do ecossistema.

Nos últimos anos o conceito de patrimônio adquiriu outras interpretações e valores. O que antes era considerado somente como patrimônio, como por exemplo os monumentos históricos de natureza arquitetônica ou artísticos, hoje, são considerados também os bens culturais referentes às identidades coletivas. Desse modo, "múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomia, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passam a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais" (ZANIRATO, 2006). Bens culturais importantes para a formação da identidade cultural de um povo. Há um grande interesse também no patrimônio natural, no sentido da preservação para as gerações futuras:

Em se tratando do patrimônio natural, a avaliação é ainda maior, posto que a salvaguarda dos recursos materiais e do conhecimento tradicional sobre os usos desses recursos é tida como essencial para a garantia de uma vida digna para a população humana. Apesar disso, outros interesses são identificados na conservação do patrimônio natural, em especial a intenção de reservar informação genética nas áreas protegidas para uso futuro. (ZANIRATO, 2006, p.252)

Nesse processo de mudança de entendimento do conceito surgem desafios para os órgãos reguladores em escala internacional, como a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), no que diz respeito às políticas de proteção como a de salvaguardar os bens que conformam o patrimônio cultural e natural.

As políticas de salvaguardar os bens patrimoniais remontam ao final do século XVIII na Revolução Francesa, quando cresceu o sentimento da necessidade de se “preservar” os grandes feitos históricos para que não fossem esquecidos. Foram se desenvolvendo as primeiras ações políticas para a conservação com instrumentos jurídicos e técnicos para salvaguardar os bens que denotavam “os grandes feitos do passado”. Nessa perspectiva, a patrimonialização da vida social visava a abranger eventos que eram considerados importantes e que a história oficial deveria registrar e conservar no sentido de fomentar uma ideia, um ideal de nação e força incontestáveis. Essa perspectiva inicialmente europeia se estendeu para outras nações do ocidente, que também sentiram a necessidade de registrar e salvaguardar seus monumentos:

(...) sempre pautada no entendimento de que o bem abonava uma dada história, afiançava o acontecimento, posto ser um “testemunho irrepreensível da história” a mostrar etapas evolutivas da atividade humana. Tal compreensão vinha ao encontro de um entendimento da história centrada em fatos singulares e excepcionais, uma história pautada nas minúcias dos grandes acontecimentos, capazes de mostrar a evolução das ações humanas, seu aprimoramento e seu caminhar em direção à civilização, ao progresso. (ZANIRATO, 2006, p. 252)

Em sentido complementar, a arte também formulava um juízo crítico explícito sobre esses processos de patrimonialização da vida social, ao acionar argumentos relacionados com a forma e a beleza e que também tinham critérios estéticos. Nesse sentido, um bem cultural era considerado patrimônio se atendessem ao chamado valor histórico e artístico. Por sua vez, um bem natural estaria relacionado à valores

ecossistêmicos e interpretados a partir da diversidade biológica, geográfica, geológica, marinha etc. de uma determinada nação e que precisariam ser protegidos pelo poder público.

Não obstante, é importante salientar que, hoje, novos modos de pensar o patrimônio consideram outras questões que são imprescindíveis para uma sociedade, seus diferentes modos de ser e viver, seu “habitat natural”. E quando se discorre sobre a importância do patrimônio natural, não se argumenta somente sobre os benefícios para uma determinada população, mas também de um bem maior e comum para todos os habitantes da Terra.

Ainda sobre a arte, segundo Zanirato, o reconhecimento da diversidade cultural do mundo e suas relações de poder subjacentes, revelou a necessidade de reservar especial atenção ética na construção dos valores atribuídos à cultura material ou imaterial nos processos de registros e inventário relacionados à patrimonialização da vida social:

Uma compreensão desse porte a respeito da história e de seus testemunhos restringia a possibilidade de atribuir a outros agentes e às suas criações um sentido histórico. Somado a isso, como as obras de arte eram consideradas dotadas de muito mais valor do que um objeto de uso utilitário, sobretudo aqueles oriundos das chamadas subalternas, inúmeros testemunhos da história se perderam, em especial o material de uso cotidiano encontrado nas escavações arqueológicas dos séculos XVIII e XIX (ZANIRATO, 2006, p. 253)

Ou seja, segundo a autora, tais artefatos não eram valorizados, mas poderiam contar a história com muito autenticidade, por ser um registro concreto de usos e costumes de diferentes povos e coletividades étnicas. A autora também observa que uma obra ou um objeto levado à condição de patrimônio era alocado apenas para a contemplação e, em geral, a população não tinha acesso a esses bens culturais. O mesmo raciocínio vale para os patrimônios arquitetônicos, os quais se restringiam a uma função propedêutica, pois apenas historiadores e intelectuais ligados ao poder público tinham acesso e não eram abertos à visitação.

Durante o século XX esse entendimento de um bem cultural ou natural como patrimônio passa por transformações muito significativas e a partir desse entendimento:

A aceleração da urbanização no decorrer do século XX fez que a cidade passasse a ser compreendida como um tecido vivo, composto por

edificações e por pessoas, congregando ambientes do passado que podem ser conservados e ao mesmo tempo, integrados à dinâmica urbana. Ela tornou-se um nível específico da prática social na qual se vêem paisagens, arquiteturas, praças, ruas, formas de sociabilidade; um lugar não homogêneo e articulado, mas antes um mosaico muitas vezes sobreposto, que expressa tempos e modos diferenciados de viver. (ZANIRATO, 2006 p, 253)

Essas questões abarcaram muitas manifestações culturais que hoje são patrimônios e dentro dessa perspectiva, ressaltamos ainda, a antropologia que traz para o bojo a existência humana, em todos os seus aspectos e vivências, essa compreensão trouxe a valorização desses aspectos da cultura humana, seus modos de viver e produzir.

Esse novo modo de pensar o patrimônio, levou a uma reformulação do conceito, que se faz mais amplo abarcando outros aspectos:

O valor cultural, a dimensão simbólica que envolve a produção e a reprodução das culturas, expressas nos modos de uso dos bens, foi incorporado à definição do patrimônio. A alteração também se deu em face da constatação de que os signos das identidades de um povo não podem ser definidos tendo como referência apenas as culturas ocidentais, assim como a cultura campestre não pode ser vista como menor diante das atividades industriais. (ZANIRATO, 2006, p. 25)

Desse modo, a reformulação e ampliação do conceito de patrimônio para além dos caracteres de construção dos ideais de nação na modernidade, nos permitem pensar o patrimônio também para o conjunto da população que, de outro modo, não poderia ser contemplada no acesso à cidadania cultural. Isto é, o efetivo acesso às diferentes e plurais manifestações e expressões da cultura e sua produção, sejam manifestações artísticas, ou referentes ao seu modo de viver, bem como aos bens naturais relacionados aos territórios de vida das pessoas.

Dentro dessa nova perspectiva, o patrimônio natural ganha espaço importante nesse processo de reformulação do conceito e a partir do século XIX. A partir dessa discussão podemos ver o Centro Histórico de Paranaguá e sua relação com o rio Itiberê para além da sua história oficial, com seu conjunto arquitetônico, mas também como patrimônio ao articular natureza e cultura desde sua paisagem, mesmo que seu processo administrativo de tombamento não a tenha contemplado. A noção de paisagem cultural seja justamente esse elo que possibilite reestabelecer as interfaces entre natureza e cultura em situações concretas e perceptíveis da vida social.

### 3.2 Perspectivas do conceito de paisagem cultural

O conceito de paisagem cultural é muito recente no campo dos estudos sobre patrimônio e direitos culturais no Brasil. E compreender este conceito, nos âmbitos institucionais, diz respeito à atenção e preservação das relações entre as noções de natureza e cultura. Como categoria específica do patrimônio cultural, a noção de paisagem cultural foi institucionalizada pela UNESCO em 1992. Essa categoria se coloca, segundo Scifoni, “como possibilidade de aprimorar os limites da dualidade entre patrimônio cultural e natural, entre o material e imaterial”. (2010, p. 320). No âmbito do IPHAN, a proteção em termos amplos das paisagens já estava prevista no Decreto-lei n.º 25, de 1937. Mas as variações dessas práticas permitiram colocar a paisagem cultural como mais uma ferramenta para proteção do patrimônio:

Os documentos produzidos pelo Iphan que regulamentam e orientam as ações no que diz respeito à paisagem cultural conceituam-na como uma porção do território com características peculiares, produto de relações que os grupos sociais estabelecem com a natureza, relações essas que podem aparecer fisicamente, sob a forma de marcas, e/ou por meio de valores que lhe são atribuídos socialmente. O caráter peculiar ou especial, próprio de um lugar, é o elemento essencial que faz que uma determinada paisagem possa ser reconhecida como importante culturalmente e, portanto, passível de proteção por mecanismos públicos. (SCIFONI, 2010, pág.320)

Nesse sentido, o conceito de paisagem cultural é o espaço entendido como um conjunto de elementos erigidos e ligados à conteúdos e significados construídos socialmente. Mais do que isso, conforme o IPHAN, são “obras conjuntas do homem e a natureza” e “ilustram a evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo”, os quais seriam “condicionados pelas limitações e/ou pelas oportunidades físicas que apresenta seu entorno natural e pelas sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto externas como internas”. (IPHAN, 2008).

No Brasil, ficou a encargo do IPHAN incorporar ao ordenamento jurídico essa nova categoria de patrimônio cultural pela Portaria n.º. 127, de 2009, a mesma que instituiu um novo instrumento jurídico para sua proteção, denominado de “chancela”. Para tanto, o IPHAN estabeleceu critérios muito parecidos com os critérios da UNESCO para definir o que pode ser classificado como “paisagem cultural” e que fornece diretrizes operativas para a classificação e categorização dos espaços a serem patrimonializados. Esses critérios estão registrados na cartilha

“Patrimônio Mundial: Fundamentos para seu reconhecimento” em 2008, em princípio baseada na convenção da UNESCO de 1972.

Em 1972, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco estabeleceu a Convenção do Patrimônio Mundial para incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade. Essa Convenção enseja que estes bens tenham um valor universal e um interesse excepcional que justifique que toda a humanidade se empenhe em sua preservação, enquanto testemunhos únicos da diversidade da criação humana. (IPHAN, 2008, pág.4).

Tudo isso, portanto, no sentido de valorizar a importância de certos bens patrimoniais que foram importantes na construção da identidade de um povo, para a sua preservação material e imaterial. É preciso observar que, no Brasil o primeiro critério para a classificação de um bem patrimonial entrar no conjunto de paisagem cultural é a **paisagem claramente definida**, “concebida e intencionalmente criada pelo homem” e, desse modo, ela “abrange paisagens de jardins e parques criados por razões estéticas que são muitas vezes (mas nem sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos”. (IPHAN, 2008, pág. 20). Na qualidade de exemplos de paisagens culturais já reconhecidas, temos:

*Figura 1 - Santuário de Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas, Minas Gerais*



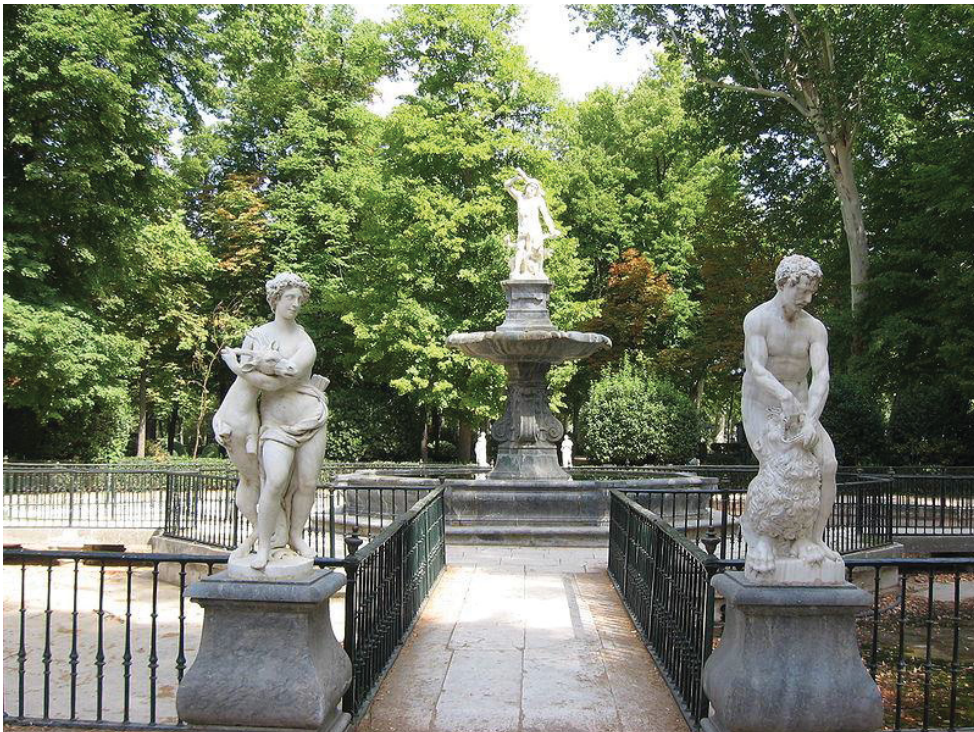
Fonte: <http://portalbelohorizonte.com.br/perto-de-bh/cidades-historicas>

Figura 2 - Cais do Valongo, Rio de Janeiro,



Fonte: <https://conexao.ufrj.br/2017/08/cais-do-valongo-patrimonio-da-humanidade-e-da-historia-do-brasil/>

Figura 3 - Fonte de Hércules e Hidra do Jardim da Ilha de Aranjuez – Espanha Jardim histórico indexado no registro do patrimônio espanhol de Bienes de Interés Cultural sob a referência RI-52-0000010



Fonte: <https://www.alamy.es/fuente-de-hercules-e-hidra-en-la-isla-jardin-en-aranjuez-madrid-espana-europa-image248478292.html>

O segundo critério é a **paisagem organicamente em evolução**, resultante de uma exigência de origem social, econômica, administrativa e/ou religiosa e que

“alcançou sua forma atual por associação e em resposta ao seu ambiente natural” (IPHAN, 2008, pág. 21). O que a define, nesse critério, são os costumes locais imprescindíveis a determinadas populações, tanto na esfera social quanto na administrativa, econômica ou religiosa e essas práticas sociais tem relações com o meio natural. Dentro desse segundo critério há, ainda, outras caracterizações, tais como a “**paisagem relíquia (ou fóssil)**”, concebida como uma paisagem que foi submetida a um processo evolutivo que foi interrompido, mas onde suas características essenciais foram mantidas.

E ainda a “**paisagem viva (ou contínua)**”, compreendida como uma paisagem que “conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, estreitamente associado ao modo de vida tradicional e no qual o processo evolutivo continua”. Outro critério é a “**paisagem cultural associativa**”, uma paisagem que se justifica pela força que agrega “fenômenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural”, no entanto que “por vestígios culturais materiais, podem ser insignificantes ou inexistentes” (IPHAN, 2008, pág. 22).

Nesse sentido, para o IPHAN a paisagem cultural foi conceituada como uma porção do território com características específicas, em que há relações que se estabelecem entre os grupos sociais e a natureza por meio de intervenções ou valores atribuídos socialmente (IPHAN, 2009). Ribeiro (2007) refere-se ao conteúdo simbólico da paisagem cultural ao elencar os significados que a paisagem carrega para uma determinada população: são relações de afetividade que se estabelecem no lugar onde a vida se conserva e se reproduz. Nestes termos, o que confere identidade à paisagem é o significado social de fazer parte dela.

Letícia Nardi (2011) analisa o Centro Histórico de Paranaguá na perspectiva do conceito de paisagem cultural. Para a autora, a paisagem cultural faz parte da construção da identidade social, numa dinâmica interdependente entre sociedade e o meio ambiente. E no estudo de caso apresentado as características culturais e sociais, em interface com os elementos naturais do lugar, contribuem para a leitura da intensa relação da cidade de Paranaguá com o rio Itiberê, por exemplo, ao longo do tempo. Possivelmente a natureza e o lugar estratégico de localização da região foram propulsores da ocupação da cidade nos primórdios e lhe conferem muito dos atuais sentidos e significados da vida social. Elementos naturais como as águas constituem um importante elemento de valoração na interpretação da paisagem cultural de Paranaguá, seja dos rios e suas bacias hidrográficas ou da baía de

Paranaguá, com influência inclusive na designação do nome da cidade desde a etimologia ameríndia. Com um olhar sobre os modos de vida, a cultura e a religiosidade, Nardi (2011) demonstra também em seu trabalho essas interrelações no cotidiano e na dinâmica da cidade. E isso é relevante tanto na configuração da malha urbana quanto nas relações sociais que foram sendo construídas ao longo dos anos e sua institucionalidade.

Em sentido hermenêutico mais amplo, ao refletir sobre a categoria paisagem cultural Jean-Marc Besse se lança para além do que está posto de forma mais sintética pelos órgãos reguladores. Para este autor:

“(...) a paisagem não é, ou pelo menos não é só, uma paisagem mental, social, cultural projectada para o mundo exterior, nem só, por outro lado, a extensão material transformada e fabricada pelo Homem de acordo com projectos, mais ou menos explícitos, que dariam a essa extensão uma forma. (Besse, 2013, p.33)

Em sentido complementar, para Besse (2013) as abordagens presas numa concepção dualista da paisagem e do mundo, o “dualismo teórico e dualismo prático”, constituem uma problemática a ser transposta a partir de novos olhares. Natureza e cultura de um lado, material e imaterial de outro, constituiriam limites à interpretação complexa da paisagem e representam elementos de uma racionalidade dicotômica muito presente na modernidade. Besse transpõe essa dualidade teórica – com reflexos na vida prática - e desloca a concepção da paisagem para a dimensão do “espaço vivido”.

E assim, para este autor a paisagem é a forma “espaço-temporal segundo a qual o habitar humano se desenvolve no mundo”. O homem pertence ao mundo e o mundo lhe pertence. E se o mundo nos pertence e somos dele, então temos uma responsabilidade sobre o mundo. Besse parte da ideia de que: “há co-pertença do homem e do mundo e a paisagem é o nome dessa co-pertença”. E nesse sentido, o “homem está no mundo e o mundo está no homem: a paisagem é o nome e o local dessa circulação entre homem e mundo”. Ou seja, podemos pensar que a paisagem faz parte de nós, tanto individualmente como no coletivo. Enfim, para Jean-Marc Besse quando dizemos que “nós pertencemos à paisagem”, seria a fórmula equivalente a “nós pertencemos ao mundo” (BESSE, 2013, p.35).

Em um sentido concreto na elaboração da compreensão do espaço vivido nas cidades, é possível evocar a esse respeito reflexões que apontam para as

relações entre o ato de caminhar, sua importância na forma das intensidades de experiência e a construção do “eu” cidadão. Nesse caso, para Besse:

A marcha pode ser compreendida, igualmente, como a elaboração de um espaço físico de um gênero particular: a questão é a dos ritmos espaciais e das intensidades espaciais da cidade, que não podemos sentir se não caminhando. O caminhar ‘requalifica’ o espaço de uma certa maneira, possui uma virtude performativa: ‘caminhando’ na cidade, faço acontecer a cidade, participo da sua co-construção. (BESSE, 2013, p. 49)

E aprofundando o potencial analítico, o autor observa que, (...) “habitar, uma casa, uma cidade ou uma paisagem, é mais do que, simplesmente estar aí alojado” (BESSE, 2013, p.49). Quando habitamos um lugar o “vivificamos”, damos vida a este lugar habitado. Acontecem eventos, histórias, se constituem as experiências de vida e se produzem trabalhos. Nascermos, crescemos e morreremos, mas a vida em um sentido maior acontece e permanece. São vidas sobrepostas em camadas de histórias. Em suma, a paisagem cultural não somente une natureza e cultura, além das dimensões materiais e imateriais da vida, como potencializa uma interpretação que visa a borrar as fronteiras entre essas dimensões interpretativas do real. As relações entre a cidade de Paranaguá, seu Centro Histórico e o rio Itiberê podem ser potencializadas ao compreendê-las enquanto “espaços vividos” e “vivificados”. Correlacionando as reflexões de Jean-Marc Besse com as práticas patrimoniais no âmbito escolar, consideramos que a marcha ou o caminhar acionam uma dimensão póli-sensorial do espaço, podendo proporcionar o sentir a cidade pelos educandos. Besse nos lembra que:

Não há experiência na paisagem sem uma certa porosidade do corpo. O que significa que a experiência da paisagem exprime uma dimensão da relação humana com o mundo e a natureza, que a ciência moderna deixou de lado: a relação directa, imediata, física, com os elementos sensíveis do mundo terreno. A água, o ar, a luz, a terra, antes de serem objectos de ciência, são aspectos materiais do mundo abertos aos cinco sentidos. A paisagem é uma espécie de geografia afectiva que repercute os poderes da ressonância que os locais têm sobre a imaginação. A paisagem é antes de mais, da ordem da experiência vivida, no plano da sensibilidade corporal. (BESSE, 2013, p.45)

E na tarefa da transposição dessas reflexões para o campo da educação patrimonial, destaco a prática pedagógica relatada no texto “UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA”, na qual o caminhar foi fundamental para dar sentido ao tema proposto, possibilitando uma aprendizagem com significados e afetos.

#### 4 PARANAGUÁ, UMA CIDADE CONSTRUÍDA EM TORNO DE UM RIO

Paranaguá é uma cidade cuja história, identidade e imaginário foram construídos a partir do rio Itiberê e suas margens. Um rio importante e que em meio ao desenvolvimento urbano e constantes ameaças de degradação ambiental, sobrevive imponente numa estreita relação socioambiental com a população local, ora alheia à sua presença, ora dependente dele. A Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá foi originalmente reconhecida e fundada às margens do rio Itiberê e conserva até os dias de hoje as características da arquitetura portuguesa do período colonial, na sua poligonal tombada do centro histórico.

Com reconhecimento oficial na primeira metade do século XVII em 1648, a região da Vila de Paranaguá já contava com registros da existência das populações ameríndias cujos territórios de vida antecedem os marcos administrativos coloniais. A antropóloga Maria Inês Ladeira (2008), entre outros estudiosos, observa que a área jurisdicional da Paranaguá colonial compreendia também historicamente a presença de muitas coletividades Guarani Mbyá. Atualmente temos uma terra indígena demarcada na Ilha da Cotinga e outras aguardando a conclusão do processo de regularização fundiária pelo governo federal ou em sobreposição com unidades de conservação da natureza. A presença indígena na região é muito antiga, contando inclusive com o registro de diversos sambaquis, protegidos pelas normas de proteção ao patrimônio cultural brasileiro e com fragmentos acervados, por exemplo, na reserva técnica do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), vinculado à UFPR e com sede localizada no centro histórico da cidade.

Aliás, quando passeamos por esse interessante centro histórico, a partir dos casarões coloniais e casas térreas podemos imaginar a vida cotidiana dos séculos XVIII e XIX, sendo perfeitamente observável nas construções e na configuração urbana que ainda preserva esses monumentos. Nessa **paisagem cultural** está a foz do rio Itiberê e que abriga às suas margens a parcela mais antiga da cidade de Paranaguá formada por ruelas às vezes tortuosas.

Destacam-se no conjunto arquitetônico edificações imponentes e que tiveram (e ainda têm) importante papel na vida social dos cidadãos parnanguaras como as igrejas, a antiga fonte, os palacetes e os acima citados casarões que abrigaram uma elite local com forte poder econômico e político na história do Paraná e do Brasil meridional. Mesmo que a arquitetura desses monumentos tenha sofrido

um constante processo de degradação ao longo de séculos, ela ainda guarda a memória material da cidade. Outras edificações, não obstante, inexistem atualmente ou constituem apenas ruínas, com seu registro apenas em documentos oficiais, livros e na memória coletiva.

A complexa transformação da cidade não pode excluir essa memória das construções que foram demolidas para dar lugar às novas edificações, como por exemplo a Capela de Bom Jesus dos Perdões, erguida em 1710 e demolida no início do século XX. O dia dedicado ao Bom Jesus dos Perdões é 6 de agosto e, por sua vez, dia 5 de agosto é dedicado em louvor a Nossa Senhora das Neves. Essa divindade católica tem igual devoção em Paranaguá e também em Guaraqueçaba e inclusive em Iguape, no estado de São Paulo. Aqui notamos culturas compartilhadas em um mesmo território, como veremos mais adiante.

*Figura 4 – Rara imagem conservada da Capela do Bom Jesus dos Perdões em Paranaguá*



*Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá/ Museu da Imagem e do Som.*

As imagens de fotografias como essa logo acima nos permitem conhecer o espírito da cidade e suas interações no passado. Reconhecer espectros de um outrora no presente. Visualizar no imaginário as dinâmicas antigas locais e hoje reconhecer vestígios, mesmo com as mudanças ao longo dos anos. Com o rio Itiberê ocorre algo parecido, uma transposição de tempo e espaço que flui na

imaginação e na memória coletiva. Nas margens desse rio vemos pessoas desembarcando ou embarcando suas mercadorias no antigo porto. Um rio permite essas interações entre as pessoas desde sempre e talvez de suas margens possam ser observadas muitas camadas de história.

*Figura 5 - As margens do rio Itiberê da Ilha dos Valadares. Imagem cedida pelo IHGP*



*Fonte: Imagem cedida pelo IHGP*

Na figura acima temos a margem do rio, com uma vista dos casarões da cidade desde a ilha dos Valadares. Nessa imagem percebemos uma embarcação no primeiro plano com três pessoas bem vestidas, sugerindo que deviam se tratar de pessoas “importantes”. O rio Itiberê e ao fundo os casarões - que ainda resistem ao tempo - numa cidade vazia e elementos contidos na paisagem que a imagem fotográfica não revela, como a própria câmera fotográfica e o fotógrafo que registrou a imagem e que provavelmente seria também passageiro na mesma embarcação.

É possível ir além, se olharmos com mais atenção à fotografia: temos um registro do rio Itiberê num momento de “espelho d’água” e talvez a fotografia tenha sido registrada pela manhã. Pois pela manhã as águas dos rios são mais calmas e causam esse efeito de espelho quando refletem as suas margens. Na fotografia percebemos a imagem dos casarões refletidas no rio. Talvez uma pessoa com pouca familiaridade com o lugar e a paisagem não consiga identificar facilmente se tratar de Paranaguá. Mas reitero: os casarões que ainda resistem ao tempo a

revelam por inteiro em suas características, pois vistos de longe pouco sofreram as mudanças ao longo do tempo em suas fachadas.

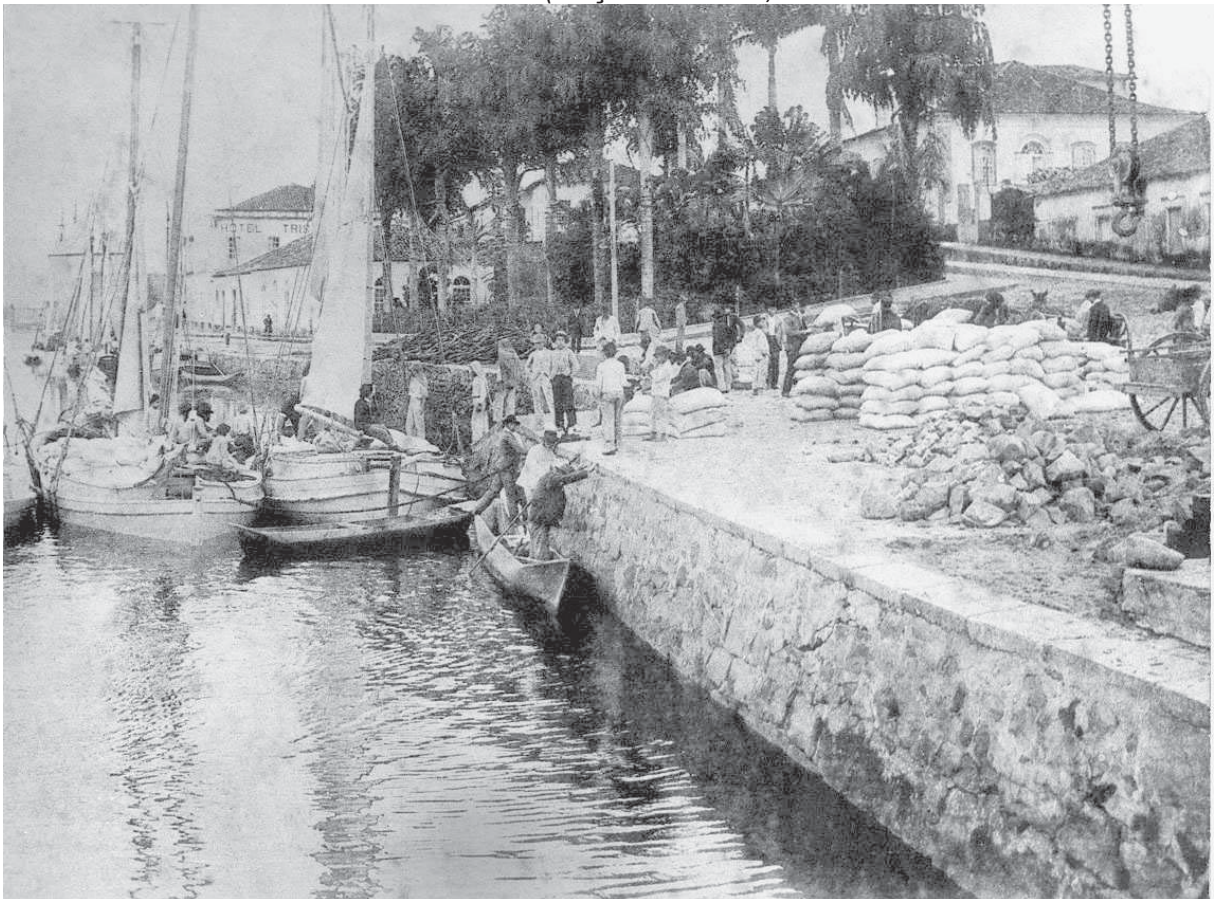
É possível classificá-la, de maneira técnica, como **paisagem cultural**, tendo em vista as características próprias para classificar com base nas categorias da noção e chancela da paisagem cultural conforme as normativas. Classificá-la talvez passe pela subjetividade de cada um, pelo olhar de quem a contempla. Nessa fotografia, extraímos que há uma relação forte com a navegação através do rio Itiberê, quando observamos na imagem as embarcações. E sabe-se que no fundo há um pequeno porto. O que chama a atenção, também, é a quantidade de portas e janelas em cada casarão voltadas para o rio, indicando que parte de sua população costumava contemplar o Itiberê numa paisagem harmoniosa e emoldurada pelos manguezais do outro lado das suas margens, usufruindo dos ventos que refrescam no verão, mas no inverno são cortantes. Uma contemplação não somente com o sentido da visão, mas igualmente com os sentidos do olfato, da audição, do paladar e do tato.

Um corte de classe social nos revela, por fim, uma elite dirigente. Ou seja, uma parte da população que é privilegiada pelo lugar social e espacial que ocupa numa dada sociedade. Isso se mostra nas construções com muitas janelas de frente para o rio Itiberê, um lugar privilegiado e nobre. Tudo isso considerando uma arquitetura portuguesa que tradicionalmente compartilha espaços públicos e privados, em que janelas, portas, sacadas e varandas constituem fronteiras muito tênues entre ambos os espaços. Na imagem também observamos o telhado e parte da fachada da antiga casa da família Veiga, hoje o Teatro Rachel Costa. A Casa Veiga foi propriedade particular por mais de um século. Até a década de 1970 pertenceu a família Veiga e foi construída com pedras de um forte da região, o qual também serviu para construir a acima citada Igreja do Bom Jesus dos Perdões, demolida em 1938.

No ano de 1938 houve, também, a mudança do antigo porto da rua da Praia no centro da cidade de Paranaguá para a enseada do Gato, localização atual do complexo portuário. Após a transferência para o novo local, o antigo porto passou a ocupar gradualmente uma posição de destaque na circulação local de pessoas e mercadorias nas comunidades tradicionais situadas no continente e nas ilhas da baía de Paranaguá, com área de influência até as baías das Laranjeiras e de Guaraqueçaba ao norte.

É muito comum ver diariamente pequenas embarcações a motor chegando e saindo a todo momento, inclusive para fins de turismo nas comunidades da região. A dimensão portuária de destaque da cidade, revela há muito tempo a importância da posição geopolítica de Paranaguá no Atlântico Sul, tanto em termos marítimos relacionados às forças de segurança e proteção da costa, mas sobretudo com relevância econômica, originariamente em escala nacional na relação com os portos do Rio de Janeiro, de Santos, São Francisco do Sul e Rio Grande. A imagem da fotografia abaixo, cuja data exata é indeterminada, revela as profundas relações do rio Itiberê por meio do antigo porto com a cidade de Paranaguá.

*Figura 6 - Rua General Carneiro, antigo local do porto no centro da cidade, em frente à Praça Rosa Andrade (Praça do Guincho).*



*Fonte: Imagem cedida pelo IHGP.*

Na fotografia temos a praça do Guincho, às margens do rio Itiberê, antigo local do porto em frente à praça. Esse registro fotográfico nos mostra a interação com o rio, o comércio e a movimentação de mercadorias. A presença de estrangeiros no cotidiano do porto e na cidade era muito comum. Observamos na

imagem três homens usando o que parece ser o *Keffieh*, que os árabes usam na cabeça. A presença árabe em Paranaguá, por exemplo, é muito forte até os dias de hoje. A imagem revela, ainda, a presença do rio na sua atividade essencialmente masculina, numa interação entre esses pares do ir e vir, saídas e vindas.

A imagem permite observar, também, as ruas pavimentadas, a mureta do porto, as pedras que imaginamos possam ter sido trazidas da pedreira da ilha da Cotinga, conforme registra a memória local. E nos revela, do mesmo modo, uma dimensão do rio Itiberê que se soma à imagem anterior, por conter nela elementos como os casarões e as embarcações. Nas duas imagens identificamos o mesmo lugar por ângulos e épocas diferentes. Paranaguá nesse tempo é um dos polos urbanos importantes do Brasil meridional, uma cidade estrategicamente conectada com o mundo por sua localização e por ter um rio que interage com os seus habitantes. Essa fotografia nos possibilita o registro da história e da paisagem no tempo e no espaço. E perceber o crescimento urbano que qualifica e adensa a compreensão da paisagem cultural local em uma escala temporal maior.

É nesse trecho específico do centro histórico, à beira do rio Itiberê, que se intensificam as relações socioambientais e as interações humanas em suas margens. Rio Taguaré, assim se denominava o rio Itiberê, que banha a cidade de Paranaguá desde antes mesmo da cidade existir. Este rio também foi denominado rio da Vila. A baía de Paranaguá encontra a Serra do Mar, limite que separa o litoral do primeiro planalto, com uma paisagem complexa, rica de águas e terras, destacando-se o céu, o contorno da serra, o volume das águas e o verde da Mata Atlântica. Assim, repousamos nosso olhar sobre a baía de Paranaguá, seguindo as águas do rio Itiberê.

Os provimentos do Ouvidor Pires Pardinho, empregam a grafia Taguaré, dizendo que o rocío de Paranaguá ficava: "entre o rio Emboguaçú e o rio Taguaré, que pelo pé dela corre, ambos de água salgada." Antônio Vieira dos Santos, no capítulo 4 de sua notável Memória Histórica, descrevendo os rios, assim se expressava: "é o Taguaré, que é o rio que ora banha a cidade...." A palavra Taguaré corresponde a Taquara e muitas penas de Guará, ave aquática muito abundante na baía de Paranaguá. Assim, pois, até 1850 o rio Taguaré não tinha outra denominação, pois Antônio Vieira dos Santos em todas as suas obras faz referências ao rio sem jamais designá-lo pelo nome Itiberê. (FREITAS, 1999, p.31)

Um importante rio que, se compreendido como uma personagem, pode ser alegoricamente evocado a narrar suas memórias, pois foi testemunha das

transformações do território ao longo de séculos, abrigando em seu leito as práticas de um tempo vivido. O rio é também parte de uma cultura que persiste e sobrevive aos tempos atuais, com a identidade caiçara, as caranguejadas, os festejos, as danças, a pesca artesanal, a religiosidade, o remo, etc. Enfim, práticas que ainda hoje se mantêm.

Compreendo o rio Itiberê como esse narrador que presenciou histórias e sofreu mudanças em sua configuração original, mas não perdeu sua imponência e ainda sustenta muitos pescadores em seus manguezais, com a pesca artesanal do caranguejo. Tornado sujeito histórico, vemos o rio como um bem comum dos moradores ribeirinhos, suas vivências tão particulares e com sua memória coletiva, aquela vivenciada e transmitida por todos. Eis alguns relatos que são compartilhados no cotidiano local: “Quando eu era criança a gente nadava muito na maré, hoje as crianças não nadam mais, os pais não deixam, elas nem sabem nadar”, [...] “a gente atravessava o rio lá pra Ilha dos Valadares a nado, pulava da mureta atravessava o rio e ia dar lá no mangue”. “Todos os dias eu pego a bateira pra ir pra escola, sou professora da escola Graciela, é mais rápido”.

Esses relatos são de moradores de Paranaguá que interagem com o rio Itiberê diariamente. O antropólogo e professor da Universidade de Nice, Joël Candau (2011), tece reflexões sobre a **memória individual** e **coletiva** em seus estudos. E pontua que a primeira constitui uma faculdade individual e, em tese, não pode ser compartilhada. Para o autor, somente a “metamemória” a que se refere a memória coletiva pode ser compartilhada, pois é um conjunto de representações da memória.

Sob o ponto de vista das artes, a memória coletiva relacionada ao rio Itiberê inspirou (e inspira) diversos artistas desde o século XIX, como Alfredo Andersen e referências locais contemporâneas como Deocir Gomes dos Santos, nascido em Serra Negra, distrito rural de Guaraqueçaba e que se denomina tipicamente caiçara. Abaixo a obra de Deocir retrata o atracadouro em frente ao Colégio Jesuíta, hoje Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da UFPR. Também a obra de Alfredo Andersen retrata o antigo porto que ficava na rua General Carneiro em frente à praça do Guincho. As duas obras retratam a mesma rua e o rio Itiberê em pontos de observação diferentes.

Figura 7: Deocir Gomes dos Santos: Obra sem título e data.



Fonte:  
<http://informativonossopixirum.blogspot.com/2018/11/deocir-gomes-dos-santos->

Figura 8: Alfredo Andersen: Porto de Paranaguá – sem data.



Fonte: <https://www.amigosdealfredoandersen.com.br/obras/#Alfredo%20Andersen%20-%>

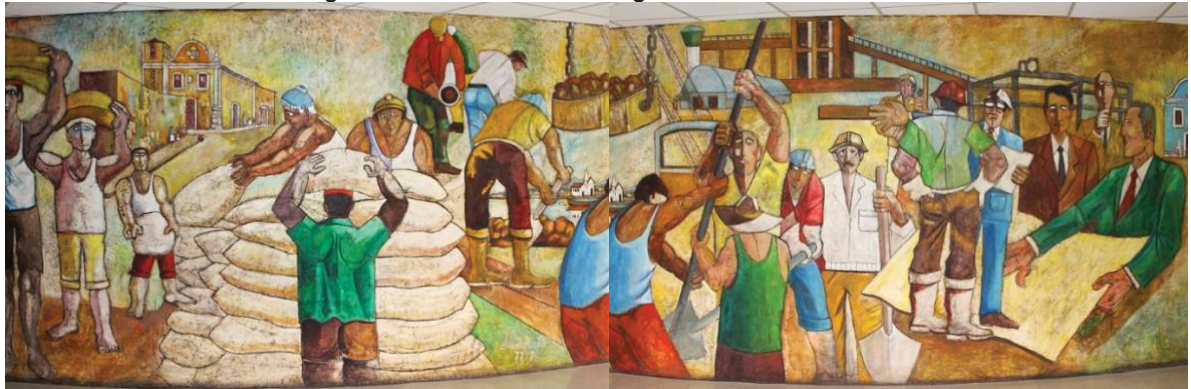
Figura 9 - Rafael Lopes da Silva - Rua do porto em Paranaguá. Sem data.



Fonte: <https://artesifprpgua.wordpress.com/2020/06/23/os-primeiros-pintores-no-parana-alfredo-andersen-william-michaud-e-rafael-lobes/>

Importante também mencionar Rafael Lopes da Silva (1905-1980) e Emir Roth (1940- 1989). Este último representou o trabalho e o cotidiano de Paranaguá em painel que fica no auditório do Palácio Taguaré e que, em 100 metros quadrados narra alegoricamente o entrelaçamento do rio Itiberê, do porto e da cidade de Paranaguá e as memórias desde a dimensão do trabalho e das relações sociais.

Figura 10 - Porto de Paranaguá – Paineis Emir Roth



Fonte: <https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Galeria-de-Imagens/Porto-de-Paranagua-inaugura-paineis-sobre-Emir-Roth>

Ao resgatar minha trajetória pessoal em Paranaguá entrecruzada com a perspectiva historiográfica do rio Itiberê, da cidade de Paranaguá e da presença portuária eu considero que estão lançados os primeiros alicerces para o presente trabalho se debruçar a seguir sobre o legado do patrimônio cultural e ambiental para, ao final, apresentar uma proposta de trabalho pedagógico desde a infância no campo da educação. Desse modo, (re) inscrevendo o leque de possibilidades didáticas voltadas a adensar os vínculos de pertencimento e cidadania com o espaço público desde as escolas, retornarei ao rio Itiberê para novos mergulhos.

## **5 APROXIMAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL DESDE A INFÂNCIA**

A questão da sensibilização na área da educação passa, entre outras dimensões, pelo respeito aos saberes dos estudantes. Aqueles saberes que são construídos culturalmente no espaço não formal. São as vivências que lhes são proporcionadas pelas famílias e sociedade e, portanto, são conhecimentos que os estudantes já trazem consigo. Paulo Freire contribui para refletir sobre esta questão, com o seu conhecido livro “Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa” (2016). O autor observa que, “ensinar exige respeito aos saberes do educando” (p. 15) e considerar os saberes construídos na experiência da prática comunitária é reconhecer que a construção do conhecimento se dá por essas relações que são estabelecidas da realidade concreta aos saberes historicamente construídos.

Nesse sentido, é possível compreender o rio Itiberê e suas relações com a cidade como uma sala de aula a céu aberto. A região abriga um vasto campo de saberes e conhecimentos inerentes aos diferentes e plurais modos locais de viver. E este vasto campo de conhecimentos privilegia um segmento da população em especial: os estudantes da região, desde a educação infantil ao ensino superior. No presente trabalho contemplo especificamente os estudantes da educação básica da rede pública de Paranaguá.

E discorrer sobre meio ambiente em uma cidade com a sociobiodiversidade de Paranaguá - e suas memórias visíveis nos casarões da rua General Carneiro - não é tarefa difícil quando o professor se apropria desses conhecimentos de forma crítica e reflexiva. Desse modo, a educação patrimonial e ambiental tem um papel fundamental no processo do educar para a vida em comunidade e contribuir para que seja melhor ainda para as gerações futuras. E nesse processo estão ainda intrínsecos, dentro do campo da educação patrimonial e ambiental, a sustentabilidade e a memória socioambiental local.

Que outro lugar abriga na cidade uma sala de aula a céu aberto, com os manguezais às margens do rio Itiberê e suas comunidades ribeirinhas? Provavelmente são poucas as cidades litorâneas do Brasil que ainda tem seus manguezais e que abrigam uma diversidade de espécies da fauna que dependem desse bioma para se reproduzir e alimentar. E isso tudo no centro da cidade! Uma

cidade como Paranaguá, que têm uma riqueza infinda de lugares privilegiados para os estudos, de conhecimentos que não podem ser suprimidos dos currículos escolares. A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral de Paranaguá (SEMEDI) elaborou o currículo<sup>5</sup> da educação básica do 1.º ao 5.º ano a pouco tempo, a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), definido pelo Ministério da Educação (MEC) e alinhados ao Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP). Não se pode negar que, de certo modo, esse currículo atende demandas da comunidade escolar, mas ainda assim não contempla as peculiaridades locais. E isso é fundamental para fomentar o conhecimento específico da região e as práticas de preservação e cuidados com o meio ambiente e o patrimônio cultural em Paranaguá. Ou seja, ter um currículo que contemple essas especificidades é oportunizar uma educação de qualidade, emancipatória e transformadora.

Considerando que o currículo não é estático e sim dinâmico, e que deve ser planejado e adaptado à realidade e necessidades dos estudantes, é possível aproximar os métodos e propostas pedagógicas mais perto da realidade. Quantos conhecimentos pode o currículo contemplar no âmbito das ciências e da realidade em que vivemos no litoral do Paraná, com suas especificidades geográficas, históricas, culturais, sociais e econômicas? O objetivo do presente estudo não é o de se ater aos currículos escolares da cidade de Paranaguá de forma ampla. E sim trazer uma perspectiva que contemple a vivência e as experiências de uma professora da rede pública municipal de Paranaguá que atua no chão da sala de aula, mas com os pés fincados na cidade. Moacir Gadotti (2007) nos lembra que:

A cidade se faz educativa pela necessidade de educar, de apreender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar de que todos nós, mulheres e homens, impregnados seus campos, suas montanhas, seus vales, seus rios, impregnados suas ruas, suas praças, suas fontes, suas casas, (...) deixado em tudo o selo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época. A cidade é cultura, é criação, não só, pelo que fazemos nela e dela, pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética, ou de espanto, gratuito que lhe damos. A cidade somos nós e nós somos a cidade (GADOTTI, 2007, pág. 72-73).

---

<sup>5</sup>DELIBERAÇÃO COMED/PGUÁ - Nº 01/2022 - Institui o Currículo Municipal de Paranaguá da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e suas respectivas modalidades para o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá. Fonte: <https://semedi.paranagua.pr.gov.br/conteudo/pedagogico/curriculo>. Acesso em 10 de março de 2023.

Quando trabalho o campo de conhecimento das ciências com meus alunos, tenho por obrigatoriedade mencionar o rio Itiberê, essa sala de aula a céu aberto. E no qual estão presentes o mangue e as espécies marinhas, como o guará e outras aves que vem se abrigar nesse bioma tão importante que é o manguezal. Temos as toninhas, o caranguejo - que está relacionado a uma tradição em Paranaguá, a caranguejada, e realizada geralmente nos meses de dezembro a março -, o jacaré-de-papo-amarelo que ainda podemos encontrar nas ilhas como a da Cotinga e na Terra Indígena (TI) Tekoá Pindó'ty, na qual recordo que com os estudantes da escola avistamos certa vez um exemplar bem perto do campinho esportivo de areia.

O rio Itiberê abriga na memória local importantes acontecimentos que mudaram a dinâmica da cidade, em regra contemplados pela história oficial. Por outro lado, a micro-história contempla a vida cotidiana das pessoas, seus pais, avós ou antepassados que aqui viveram e trabalharam, mas foram invisibilizados pela historiografia mais habituada aos estudos dos denominados “grandes acontecimentos”. A micro-história<sup>6</sup> é aquela que muitas vezes não se vê nos livros, mas se escuta na memória oral e nas narrativas saudosas, além das imagens que são guardadas e interpretadas de maneira crítica e reflexiva.

Essa micro-história pode revelar nuances do complexo processo de urbanização e as coletividades locais que foram, de certa forma, suprimidas da história oficial. Como vimos anteriormente, Paranaguá foi uma importante referência no primeiro ciclo de exploração aurífera. E quais seriam as memórias coletivas do processo de escravidão relacionado ao trabalho nas minas da região? Por qual razão as matrizes religiosas de origem africana e muito ligadas à natureza também foram apagadas da história oficial de Paranaguá. Não existiam? Existiam, mas foram silenciadas nos seus ritos e devoções, nas relações com as águas, por exemplo, como as do rio Itiberê. Na história oficial, ficaram essas marcas de preconceito e intolerância.

Também não posso deixar de considerar em Geografia as características físicas do rio Itiberê, desde a nascente localizada na Unidade de Conservação da Natureza denominada Floresta Estadual do Palmito, à sua foz no Centro Histórico.

---

<sup>6</sup> Verificar, entre outras obras: GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição”. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 133-161.

Para isso a ferramenta Google Earth, por exemplo, se faz presente e nos leva até onde fisicamente não poderíamos ir. São descobertas no trajeto do rio a presença de lugares identificáveis pelos estudantes, como ruas, casas e praças em paralelo às margens. É preciso lembrar que, iniciando da foz do rio, estarão presentes na paisagem o Centro Histórico de Paranaguá, a ilha dos Valadares e os manguezais. Em um sentido mais amplo, essas aulas podem analisar a Bacia Hidrográfica do Litoral Paranaense, da qual o rio Itiberê faz parte. O processo de ensino e aprendizagem poderia contemplar, ainda, a informação de que a vegetação predominante do município é a Floresta Ombrófila Densa, também chamada floresta tropical pluvial, que inclui dunas, restingas e manguezais.

Por fim, destaco que sempre proponho uma atividade logo após a apresentação dos conteúdos fundamentais aos estudantes, por meio de maquetes, apreciação de imagens em vídeos, lâminas de um projetor (*slides*) ou por meio de cartazes que confecciono. Os materiais são elaborados através de impressão de imagens e as maquetes com materiais reciclados, como as que são feitas em caixas de sapato com caixinhas de remédios, que são muito práticas e por serem de materiais recicláveis não agredem tanto o meio ambiente depois do seu descarte. Observo que no âmbito dessas propostas, todas as atividades são interdisciplinares, visto que sou professora de ciências, história, geografia e artes.

A educação infantil em Paranaguá conta com um currículo que norteia o trabalho docente, mas não contempla conhecimentos locais, deixando livre para que o professor escolha de que maneira quer trabalhar tais conhecimentos e os objetivos que deseja alcançar nessa faixa etária. Mas enfatizo a importância de um currículo próprio, que contemple as especificidades do lugar e as necessidades do público infantil que vivencia a educação básica.

Não se pode subestimar o potencial cognitivo da criança da educação infantil, de modo que se deve proporcionar o acesso das crianças à um repertório rico em palavras e conhecimentos. Tudo isso para que se familiarizem com as questões socioambientais desde a infância, numa linguagem compreensível que as leve a um patamar cognitivo mais plural e diverso em termos culturais. As crianças são capazes de refletir sobre um conhecimento mais elaborado nas interações sociais que se estabelecem entre a criança e o adulto. Para Lev Vigotsky,

*a) Uma operação que inicialmente representa uma atividade externa é reconstruída e começa a ocorrer internamente. É de particular importância para o desenvolvimento dos processos mentais superiores a transformação da atividade que utiliza signos, cuja história e características são ilustradas pelo desenvolvimento da inteligência prática, da atenção voluntária e da memória. b) Um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal.* Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapicológica) Isso se aplica igualmente para a atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos. Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre os indivíduos. (VIGOTSKY, 2007, pág. 58)

Ou seja, para Vigotsky o processo de aprendizagem possui fundamento também nas interações sociais, pois é uma experiência social mediada pela influência mútua entre a linguagem e a ação. Vigotsky baseia seus estudos em cinco teses: 1. A relação indivíduo e sociedade; 2. A origem cultural das funções psíquicas; 3. A base biológica do funcionamento psicológico; 4. A mediação presente em toda atividade humana; 5. A análise psicológica deve conservar as características básicas dos processos psicológicos. (QUADROS, 2009).

Mas não vamos nos ater aqui às teorias de Vigotsky, apenas refletir sobre a relação indivíduo/sociedade. Para esse autor, as características humanas não estão presentes no indivíduo desde o nascimento. Elas são uma consequência da interação dialética do homem e seu meio sociocultural. De modo que a aprendizagem se dá pelas relações e experiências que se estabelecem entre os seres humanos e seus espaços de vida, como a cidade.

A cidade pode ser considerada como um organismo vivo e proporcionar à criança conhecimentos importantes para o seu desenvolvimento cognitivo e social, de maneira que ela percebe o seu meio e pode desfrutá-lo no processo de reconhecimento e aprendizagem do mundo. Parques públicos, espaços de natureza como bosques, praias, rios, cachoeiras, praças e campinhos, são importantes espaços para a socialização. Ao brincar ao ar livre a criança experimenta sensações como o calor num dia ensolarado e as descobertas que a natureza pode proporcionar lhe aguçando os cinco sentidos. Ou ainda vivenciar as interações com os instrumentos que vai utilizar para brincar, como as gangorras onde experimenta a força, o equilíbrio, a velocidade. Se o conhecimento é construído dialeticamente pelos humanos no âmbito das interações sociais, então o sentimento de pertencimento e a responsabilidade social também o podem ser.

Sabe-se que as experiências em espaços públicos e de lazer compartilhados socialmente como: museus, teatros, casas de cultura, escolas, igrejas, ginásios de esportes, praças, entre outros, contribuem para o desenvolvimento do sentimento de pertença ao lugar em que se vive. A cidade de Paranaguá possui diversos espaços que constituem importantes referências locais para a identidade e sentimento de pertencimento a uma identidade. Muitos destes espaços são protegidos por meio de processos administrativos de proteção e conservação por meio de tombamento, na qualidade de bens culturais relevantes.

As experiências vividas na cidade integram memórias, percepções, afetos e conhecimentos sobre o lugar. E essa experiência vai constituindo ao longo da vida referências subjetivas na relação com o espaço. Os passeios pela cidade, e os serviços públicos que são oferecidos à população, tais como os correios, os terminais de ônibus, a estação de trem, o porto, os Mercados do Peixe e do Café, por exemplo, proporcionam à criança questionamentos sobre o lugar, tais como: Que lugar é este? Quem morava aqui? O que se pode fazer neste lugar? Por que é assim? Eu posso mudar isso? Ou, por que não posso mudar isso? Trata-se de compreender o sujeito na cidade, suas potencialidades e os problemas que a população enfrenta, de forma crítica e reflexiva.

Conhecer o seu lugar e apropriar-se dele de maneira afetuosa, pode no futuro consolidar uma relação mais intensa de pertencimento do espaço em que se vive. E vir a transformar uma condição adversa, para uma condição melhor quando se tornar um cidadão adulto desse lugar. Uma parte da solução dos problemas das cidades talvez esteja justamente numa educação patrimonial e ambiental para o fomento de práticas construtivas que valorizem os espaços compartilhados e que desenvolva no ser humano a responsabilidade sobre o seu espaço e a cidadania ativa.

Nós adultos podemos proporcionar à criança uma cidadania que ocupe um lugar de fala, de reivindicações, de perceber os problemas no espaço vivenciado e construir em conjunto um conhecimento que pode vir a transformar uma conjuntura complexa. Por exemplo, no cuidado e responsabilidade com o espaço que vivemos e a preservação da cultura e do meio ambiente. Importante que a criança também perceba as transformações que ocorrem durante o tempo e como a cidade se ressignifica nas escalas de tempo e espaço, se adequando às novas exigências da sociedade. As imagens do mesmo espaço, em épocas diferentes, podem situar a

criança no tempo presente e contribuir na compreensão das transformações que os espaços sofrem ao longo do tempo. De modo que as imagens antigas têm um papel importante na compreensão da dinâmica das cidades.

Por exemplo, os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) de Paranaguá contemplam no seu currículo a dimensão pedagógica denominada: “Campo de experiência: o eu, o outro e o nós”. Esse tópico tem como objetivo de aprendizagem: potencializar a capacidade de se “demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir”. Mais adiante, a proposta curricular discorre sobre as experiências de aprendizagem e, dentre essas, as que se referem aos elementos socioambientais:

- O espaço social como ambiente de interações;
  - Cidade, bairro e contexto social no qual está inserida a instituição escolar;
  - Manifestações culturais;
  - Convívio e interação social;
  - Normas de convivência;
  - Organização do espaço escolar;
  - Regras;
  - Identidade e autonomia;
  - Reconhecimento oral e gráfico do próprio nome e dos outros.
- (CMEI, 2020, p. 125).

O potencial prático de aproximação entre a educação patrimonial e ambiental é perceptível, também, ao vislumbrar que o objetivo de aprendizagem proposto visa também a “ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação” entre as crianças nas suas relações sociais. E dentre essas experiências, nas interfaces com os demais objetivos importantes da proposta curricular, cabe destacar a prioridade “no trabalho com crianças pequenas – 5 anos” no intuito de vivenciar “os espaços da instituição, do bairro e da cidade conhecendo ambientes, fatos históricos e interagindo com diferentes pessoas e contextos sociais”. (CMEI, 2020, p. 125).

Ou seja, a previsão curricular propicia aos docentes e escolas as aproximações das fronteiras disciplinares em um campo transdisciplinar que une a educação patrimonial e ambiental, entrelaçando áreas de conhecimento das ciências às artes, em diálogo de saberes com a memória coletiva e os saberes locais. As relações do rio Itiberê e a cidade de Paranaguá - sublinhadas ao longo do presente

trabalho – são, portanto, potencializadas nos espaços vivenciados desde a paisagem cultural que conjuga o fluxo das narrativas com o curso das águas.

São memórias vividas e contadas às margens desse rio, que foi testemunha de tempos passados e vividos com tanta intensidade. Nos seus manguezais se contaram histórias, foi encontrado o alimento do corpo e da alma, houve lúdicas brincadeiras infantis e se aprendem sobre a vida e nosso futuro no planeta. Enfim, nascem artes, vidas e ciências de todas as formas.

No rio Itiberê, suas margens e manguezais se apreende e se ensina quando, por exemplo, há a transmissão dos saberes e ofícios da pesca artesanal do caranguejo. Nas lições da escola, ele é o suporte pedagógico, pois tem em seu cerne todos os conteúdos, ciências e saberes tradicionais, para que a aprendizagem faça sentido e tenha múltiplos e plurais significados. Tudo isso me permite recordar os sentidos da Vida no planeta Terra, para além do lugar que ocupa no nosso sistema solar e que pela sua órbita e inclinação possibilitou nossa existência, o legado que transmitiremos para as gerações futuras de cuidado e responsabilidade comuns para o despertar de uma nova consciência socioambiental.

## 6 SEQUÊNCIA DIDÁTICA

A educação, em todos os níveis e em qualquer área do conhecimento, tem objetivos específicos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem. Mas em todos há um objetivo em comum: levar os estudantes a se apropriarem de suas capacidades intelectuais para aquisição de conceitos e habilidades, para que na prática cotidiana haja uma transformação da realidade. E o uso desses conceitos e habilidades são alicerces para novos conhecimentos, novas formas de resolução de problemas construídos pelo próprio sujeito que aprende e que ensina.

Nesse sentido, a educação patrimonial e ambiental, como feixe de conhecimentos de diferentes áreas disciplinares e saberes tradicionais, também deve ter uma metodologia. Essa metodologia de trabalho deve ser passível de mudanças, mas em consonância com o contexto em que se insere e os objetivos mais específicos que se quer alcançar.

Para esta didática elencamos a Proposta Triangular, de Ana Mae Barbosa: a contextualização histórica, apreciação/fruição e a produção. A escolha da proposta de Ana Mae se dá ao fato de as disciplinas serem História, Geografia e Arte. E também por estarmos inseridos num espaço geográfico, que nos possibilita imergir num ambiente estimulante da criatividade para o desenvolvimento da percepção estética. Neste ponto a partir de experiências já relatadas no presente trabalho, construímos uma metodologia para os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental I (alunos de 7 e 8 anos), como proposta viável para a educação patrimonial e ambiental.

No primeiro momento foi mostrado uma imagem icônica sobre Paranaguá: a rua General Carneiro, também conhecida como “Rua da Praia”. Nessa rua os casarões mostrados pouco sofreram a ação do tempo e é possível compará-la com uma imagem que mostra o mesmo lugar, no entanto em outra época. Iniciou-se o passo seguinte com uma série de perguntas, para que através delas os estudantes trouxessem seu próprio conhecimento a respeito da cidade. As perguntas foram sobre a cidade e o bairro em que estão inseridas:

- Que lugar a imagem mostra?
- As duas imagens mostram o mesmo lugar?
- São do mesmo tempo (antigas ou atuais)?

- Que lugares vem à sua memória quando falamos de Paranaguá?
- Sabe que as cidades são divididas em bairros e ruas. Em que bairro você mora?
- Do que gosta mais no seu bairro?
- O que geralmente faz quando vai ao Centro Histórico?

No segundo momento foram disponibilizadas diversas imagens em formato de pequenos cartazes (fichas), com a imagem e a informação no verso sobre Paranaguá. Todos com a intenção de provocar nos estudantes o sentimento de pertencer a um lugar que está fora dos seus muros e que o seu lugar de viver pertence à um outro lugar maior: a cidade, a qual também é sua. Além disso, visa-se a provocar o sentimento de curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre sua história, as memórias daqueles que vieram antes e aqui se estabeleceram e constituíram o imaginário da cidade. Imagens do patrimônio edificado, do patrimônio cultural e ambiental (trabalho, modos de criar, fazer e viver, festejos, tradições, costumes, lazer, sociobiodiversidade, etc.).

*Figura 11 – Composição de imagens dos alunos na sala de aula*



*Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora*

Para que os objetivos da educação patrimonial e ambiental sejam alcançados é necessário imergir os estudantes em seu contexto. O patrimônio cultural, a paisagem e o meio ambiente são lugares de memória coletiva e narrativas compartilhadas entre as pessoas. Ao final desse segundo momento, construímos um

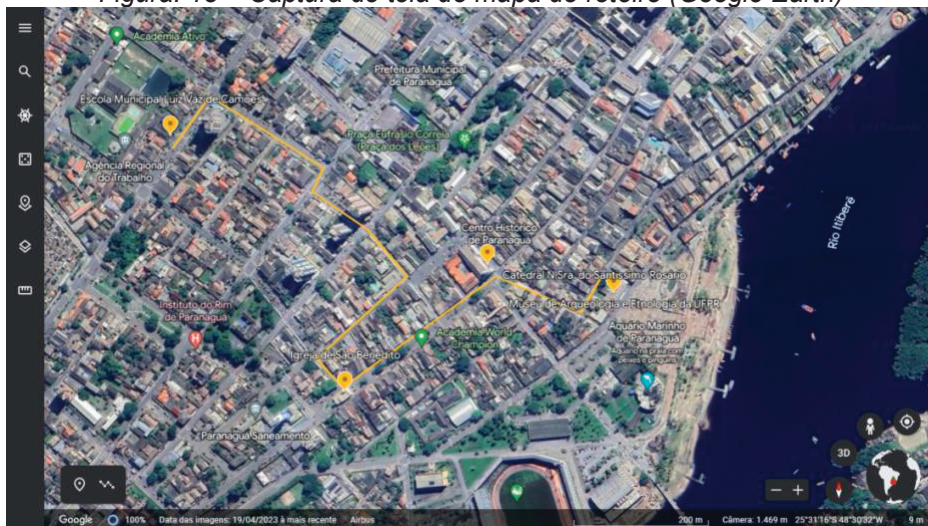
mapa do roteiro em sala de aula, com os recursos do Google Earth. Numa experiência previa para conhecer a plataforma, os alunos identificaram seus bairros e suas moradias, para então após construirmos o mapa do roteiro.

*Figura 12 – Composição de imagens dos alunos na sala de aula*



*Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora*

*Figura: 13 – Captura de tela do mapa do roteiro (Google Earth)*



*Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora*

No terceiro momento a experiência do caminhar na cidade, de modo que elencamos a visita guiada ao Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), no Centro Histórico e ao lado do rio Itiberê, para a seguir nos transportar a pé. O caminhar na cidade nos proporcionou momentos de reflexão e curiosidade, pois uma aprendizagem significativa passa pela experiência e fruição da paisagem cultural. A imagem é importante e necessária, mas a experiência vai além dos conhecimentos

básicos sobre o objeto, pois envolvem memória coletiva, sentimento de pertença, responsabilidade comum inerente à cidadania ativa. Essas reflexões são possibilitadas pela sensibilização através da experiência.

O roteiro escolhido, foi a saída da escola pela lateral esquerda, na rua Manoel Corrêa, 1462 – Palmital, seguindo para a rua Xavier da Silva, após à direita na rua José Gomes, subindo à esquerda a rua Mestre Leopoldino, atravessando a rua Julia da Costa e seguindo para a rua Conselheiro Sinimbu, até a Igreja de São Benedito a esquerda.

A Irmandade de São Benedito se origina na Igreja das Mercês e teve sua oficialização em 1710, era composta por escravos e alforriados. A construção da Igreja de S. Benedito teve início em 1784, no mesmo local onde ficava Igreja das Mercês. Deste modo datando sua origem desde o séc. XVII. Em 1962 teve início o seu processo de tombamento e restauro.

*Figura 14 – Composição de imagens do trajeto feito desde a saída da escola até a Igreja São Benedito*



*Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora*

*Figura 15 – Composição de imagens da visitação à Igreja São Benedito e saída para a Matriz*



*Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora*

Após a visitação seguimos para a Catedral de Nossa Senhora do Santíssimo Rosário. O primeiro marco histórico de sua construção data do ano de 1578, mas essa data não pôde ser oficializada, como sendo de sua edificação, pelo motivo de que sofreu muitas mudanças em sua construção. Somente em 1725 é oficializada a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. Não se sabe até o momento se o edifício se trata de uma nova igreja ou se substituiu uma capela, e nem a data de sua consagração. Mas se trata de uma das edificações mais antigas do Paraná, e que marca a posse portuguesa em solo paranaense. Muitas perguntas e curiosidades surgiram nesta visitação: como os vitrais com os sobrenomes de famílias, as placas de metais nos bancos indicando os lugares reservados às famílias mais “importantes”. Após a visitação seguimos para a rua Professor Cleto, até o MAE na rua Quinze de Novembro, próximo à foz do rio Itiberê.

*Figura 16 - Composição de imagens: chegada e interior da Matriz Nossa Senhora do Rosário*



*Fonte – Arquivo pessoal da pesquisadora*

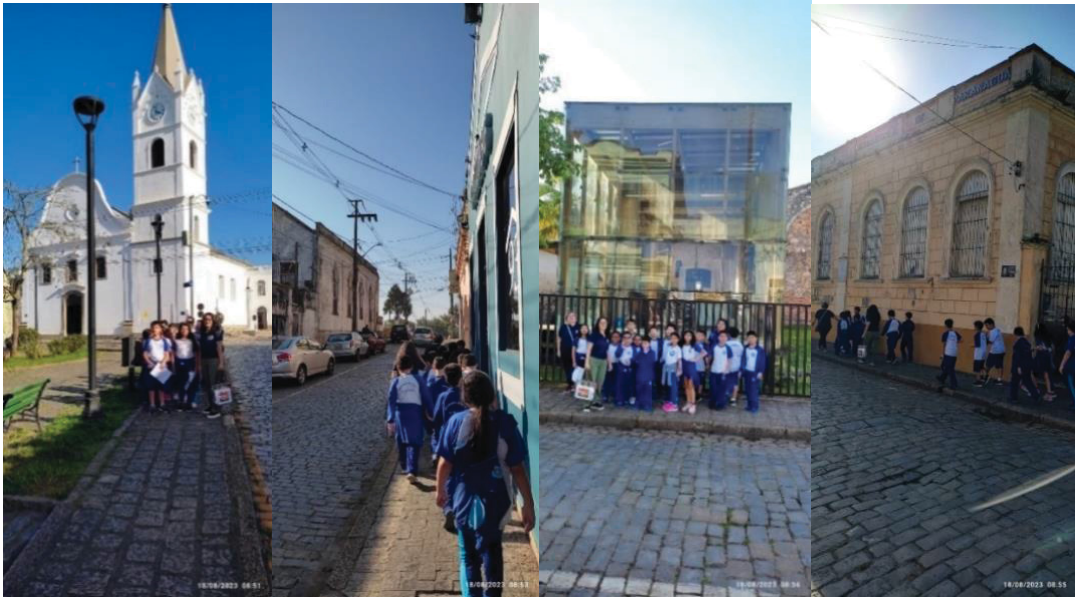
Andar pelo Centro Histórico de Paranaguá é ter acesso aos patrimônios que foram tombados. Ao mesmo tempo, o trajeto nos possibilitou apreciar as já citadas edificações históricas: igreja São Benedito, matriz Nossa Senhora do Rosário, Casa Mon Senhor Celso e Brasília Itiberê, Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá e Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade do Paraná – MAE. São patrimônios importantes que identificam a cidade como cidade histórica.

*Figura 17 - Casa Brasília Itiberê e Mon Senhor Celso ao fundo.*



*Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora*

*Figura 18 – Composição de imagens: Saída da Matriz Nossa senhora do Rosário, trajeto e chegada ao MAE*



*Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora*

Fizemos a visita guiada no MAE. Interessante pontuar que muitos estudantes ainda não haviam feito a visita ao museu e as que tinham visitado, não tiveram acesso as informações do lugar. Esta visita guiada e as trocas de experiências entre as professoras que foram para auxiliar, foram muito importantes. Esse processo da historiografia local, contextualização e fruição, possibilitaram aos alunos aportes para as próximas atividades, nas suas produções e impressões sobre o lugar.

*Figura 19 – Composição de imagens no MAE*



*Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora*

Na sala de aula os estudantes fizeram suas produções, uma composição na cartolina com dobradura, explorando o tema “A igreja São Benedito como patrimônio”. A escolha dos lápis, as cores e os elementos que comporiam a composição, a disposição desses elementos, ficou por conta da criatividade de cada um.

*Figura 20 – Composição de imagens na sala de aula (as produções)*



*Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora*

Importante ressaltar a importância dos espaços expositivos na escola, para que se exponha as produções dos alunos. Esse processo da organização das produções para a exposição, o envolvimento entre os pares na montagem, os materiais e ferramentas a serem utilizados, essas interações fazem parte de um processo que foi construído gradualmente ao longo de um trabalho que começa com a apresentação de uma proposta, onde há um conhecimento em questão, que se constrói num coletivo, como a escolha dos edifícios a serem visitados e a construção do mapa do roteiro em sala de aula. Exibir as produções feitas em sala de aula é uma etapa importante da aprendizagem.

Figura 21 – Composição de imagens (processo de montagem da exposição)



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Figura 22 – Composição de imagens da exposição



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Figura 23 – Composição de imagens da exposição



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou lançar novos olhares sobre o potencial de práticas pedagógicas que aproximem a educação patrimonial e ambiental no âmbito da educação básica. E, para tanto, mergulhou nas relações de uma cidade como Paranaguá e o rio Itiberê, cujos meandros atravessam a malha urbana desde suas nascentes na Floresta Estadual do Palmito até a foz junto ao Centro Histórico tombado como um bem cultural brasileiro.

Como professora e cidadã participe da esfera pública local onde vivo todos os problemas e angústias que Paranaguá vem enfrentando, procurei contribuir para fomentar um sentimento de responsabilidade comum sobre o patrimônio cultural e natural local, em especial nas relações que estabelecemos com o rio Itiberê. Vivo em um território ancestral, cujas memórias e territorialidade remontam a uma temporalidade anterior ao processo colonial europeu. E me reconheço neste lugar, com seus atrativos que me fizeram ver a melhor cidade que eu poderia viver e contribuir para que ela seja satisfatória aos seus habitantes. Enfim, foram as vivências e os saberes sobre Paranaguá que me afetaram e me fizeram buscar entendê-la de uma maneira diferenciada.

A educação patrimonial em estreita articulação com a educação ambiental possibilita descobrir caminhos para que o futuro cidadão, com todos os seus sentidos, viva e sinta a cidade. E se reconheça como pertencente a ela, aflorando um sentimento de responsabilidade comum. A escolha pedagógica de transformar uma determinada parcela da cidade como uma sala a céu aberto visa a dialogar com o horizonte transdisciplinar que conjuga saberes e conhecimentos tradicionais com o olhar científico e artístico. Considero que se abre um caminho promissor para afetar de variadas formas o cidadão que quero desenvolver.

Esta pesquisa é apenas um fragmento das variadas formas e métodos para uma educação patrimonial e ambiental que desenvolva no estudante o afeto pela cidade, a sensibilização e o sentimento de pertença. E nesse processo de pesquisa, percebi o quanto o autoconhecimento reflete na minha prática pedagógica. Não elaborei um método para educação patrimonial e ambiental, mas entendendo que não há apenas um método, mas variadas possibilidades. Algumas experiências vivenciadas com os estudantes me possibilitaram analisar a cidade sob uma outra perspectiva, onde contextualizo a ciência para transmitir o conhecimento de forma a

ser reconhecido pelos estudantes também na dimensão que eles já carregam consigo, no âmbito de suas próprias experiências e da memória coletiva de que fazem parte a partir de suas redes familiares e de sociabilidade. O conhecimento e as experiências vividas na cidade conferem outros significados e outras formas de pensar a cidade e o território.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História Administrativa do Brasil: administração pombalina**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1970, vol.5.
- BESSE, Jean-Marc. **Estar na paisagem, habitar, caminhar**. Paisagem e Patrimônio Aproximações pluridisciplinares. Chaia – Centro de História de Arte e Investigação Artística / Universidade de Évora. Porto – Portugal. Dafne Editora, 2013.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.
- FREITAS, Waldomiro Ferreira. **Paranaguá, das origens à atualidade**. Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, 1999.
- GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. 1. ed. – São Paulo: Publisher Brasil, 2007.
- IPHAN, Departamento de Patrimônio Material (DEPAM). **Paisagem Cultural – Proposta de Regulamentação**. Brasília: IPHAN, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Proposta de Política Nacional de Paisagem Cultural*. Brasília: IPHAN, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural*. Brasília: IPHAN, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Ata da 62 reunião do conselho consultivo do patrimônio cultural – IPHAN**. [http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2009\\_03\\_62a\\_reunio\\_ordinria\\_03\\_de\\_dezembro.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2009_03_62a_reunio_ordinria_03_de_dezembro.pdf) Acesso em outubro de 2020.
- \_\_\_\_\_. **Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972: para saber o essencial**. Brasília, DF: Iphan, 2008. 80 p.: il.; 15 x 20 cm. [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cartilha do patrimonio mundial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cartilha_do_patrimonio_mundial.pdf) Acesso em 27/10/2020.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 127 de 30/04/2009. **Chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Acesso em 02/08/21. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_127\\_de\\_30\\_de\\_Abril\\_de\\_2009.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_127_de_30_de_Abril_de_2009.pdf)
- LADEIRA, Maria Inês. **Espaço Geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso**. São Paulo: EDUSP/EDUEM, 2008.
- MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Nova Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

NARDI, Letícia. **Centro Histórico: entre a preservação e a dinâmica urbana.** Curitiba: Appris, 2015.

QUADROS, Arnaldo Emérico de. **Psicologia e desenvolvimento humano.** Curitiba: SERGRAF, 2009, vol.1.

SCIFONI, Simone. **Paisagem Cultural.** Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>  
Acesso em 07/10/20

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7.ed., São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZANIRATO, Silvia Helena, Wagner Costa Ribeiro. **Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável.** Revista Brasileira de História, vol. 26, nº 51, 2006.

## OBRAS INSPIRADORAS

BARBOSA, Ana Mae. **A abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais.** São Paulo: Cortez, 2010.

CAÇÃO, Felipe Quartim Barbosa; REZENDE FILHO, Cyro de Barros. Papel dos Escravos Negros Após a Abolição. **Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, 9(2), 2014. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4425> . Acesso em 13/10/2021.

CANEPARO, Sony Cortese. Análise da dinâmica espacial da ocupação antrópica em Paranaguá/PR (1952-1996), através do uso de sistema de informações geográficas. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/raega/article/viewFile/3343/2679>. Acesso em: junho de 2017.

CORREIA, Ana Paula Pupo. Escolas Normais: contribuição para a modernização do Estado do Paraná (1904 a 1927). **Educar em Revista.** Curitiba, Brasil, n. 49, p. 245-273, jul./set. 2013.

CORREIA, Wanderleia Mafra de Moura; HARDER, Eduardo. **Educação Patrimonial: reconhecimento do Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade de Paranaguá para uma Ação Educativa.** Revista Ciência é a minha praia, v. v. 4, p. 108-124-124, 2018

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição.** 2. ed. São Paulo: Global, 1986.

ENIPAC 2021. **Mesa Redonda: Patrimônio Cultural e Cidade**. 11/11/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dQMnrxJZqzY>. Acesso em: 12/11/2021.

ENIPAC 2021. **Patrimônio, memória e desenvolvimento sustentável: três elementos para construir presente e futuro**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fdy5oIMBfyo>. Acesso em 12/11/2021.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. **BievCast: Trajetórias Narradas (Antropologia e Etnografia)**. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/4Zjmv32fghm5mmjtnOWUCj>. Acesso em 13/11/2021

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Niterói: GEOgraphia, N.17, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/0> Acesso em 13/11/2021.

MARTINS, Vivian; RIBEIRO, Gabriela Souza. Paulo Freire e a educação-mundo: formação para a liberdade e a vivência na cidade. **Caderno Temático: A Atualidade de Paulo Freire**. UEPG, 2020. <https://www.redalyc.org/journal/684/68464195065/html/>. Acesso em 13/11/2021

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2\\_vol1\\_ForumPatrimonio\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf)

MUNDO CULTURAL PRODUÇÕES. **Documentário Santa Fé: Festa do Senhor Bom Jesus de Iguape**. 2007

MUNIZ, José Carlos. **Bom Jesus dos Perdões de Guaraqueçaba**. (no prelo).

PARANÁ (PROVÍNCIA). Lei nº 456, de 12 de abril de 1876. **Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província do Paraná**. In: MIGUEL, E. B.; MARTIN, S. D. Coletânea da documentação educacional paranaense de 1854 a 1889. Brasília, DF: INEP, 2004.

PARANAGUÁ. **COISAS NOSSAS**. Paranaguá: Editora do Conselho Municipal de Cultura, 1968 a 1972, 6.vols.

PEREIRA, Danilo Celso Chancela da Paisagem Cultural Brasileira: 10 anos de caminhos e descaminhos de uma política de cultura com compromisso social. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.12, n.22, Jan/Jun.2020 – ISSN- 2177 4129 <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/16018>. Acesso em 13/11/2021.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SANTOS, Antonio Vieira dos. **Memória Histórica de Paranaguá**: Curitiba: Gráfica Vicentina, 2001, vol.1.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico Crítica**: primeiras aproximações. 11.ed., Campinas: Autores Associados, 2012.

## SITES CONSULTADOS

<https://www.yumpu.com/pt/document/read/12603796/capela-do-bom-jesus-dos-perdoes-waldomiro-ferreira-de-freitas> consultado em: 30/08/2021

<http://informativo-nossopixirum.blogspot.com/2011/07/bom-jesus-dos-perdoes-de-guaraquecaba.html> consultado em: julho de 2021

<https://docero.com.br/doc/sssc1vy> consultado em: 30/08/2021

<https://www.mafra.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/28127> consultado em: janeiro de 2021

<http://www1.dnit.gov.br/ferrovias/historico.asp> consultado em: janeiro de 2021

<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2014/03/580-catarinenses-foram-presos-torturados-ou-mortos-pela-ditadura.html> consultado em: janeiro de 2021

<https://artesifprgua.wordpress.com/2020/11/22/paranagua-contemporanea/> consultado em: julho de 20221.

<https://earth.google.com/web/@39.3476715,3.77568582,-762.11833942a,11156171.20570421d,35y,0h,0t,0r/data=OgMKATA> Projeto no Google Earth da turma do 3º ano A, em 17 de agosto de 2023.

<http://triaquimalucelli.blogspot.com/2013/07/fotos-antigas-de-paranagua.html> consultado em: Agosto de 2021.

<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=178> Bens tombados. Mapa virtual. Acesso em: agosto 2023.

## REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS

**Águas de Março - O Filme.** Documentário produzido ao longo de um ano com a intenção de contar a trajetória do Coletivo Águas de Março, suas ações, seus participantes, sua história. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=tQVgtR55AmU&t=871s> Acesso em 08/10/2021

**Ferrovia Paranaguá-Curitiba 130 Anos.** Documentário produzido pelo jornal Gazeta do Povo sobre os 130 anos da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba (fev/2015). <https://www.youtube.com/watch?v=XWmuosGNA9U&t=2700s> Acesso em 11/10/2021

**Paranaguá - "Emir Roth".** Direção: Celso Lück Junior. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-6ixMJnhEg&t=104s> Acesso em 11/10/2021

**Saberes e Fazeres (Identité) - Resiliência - Museu da Civilização, 2017.**

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=zENFV2UemSU> Acesso em 19/11/2021

## ANEXO I

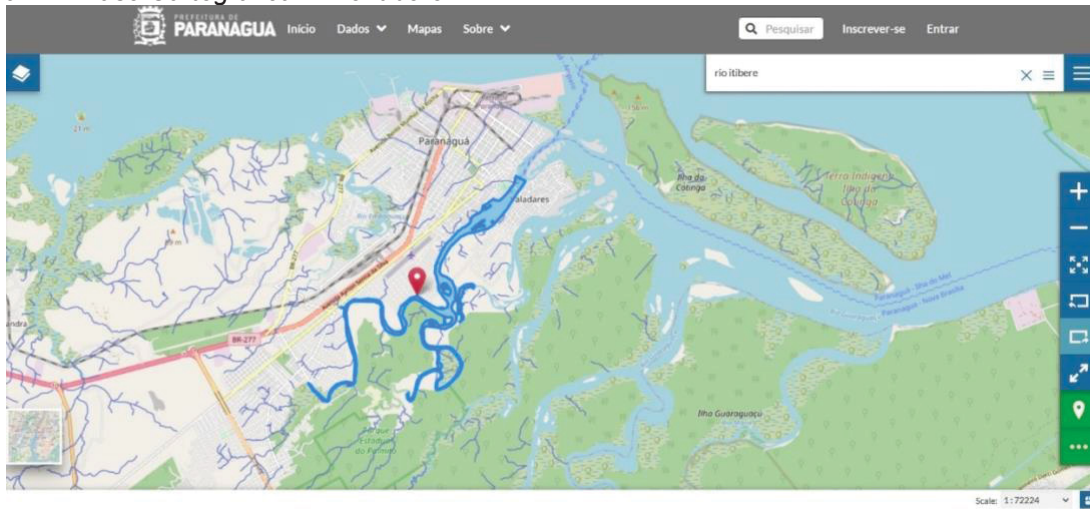
## Plano de aula alinhado ao currículo do município de Paranaguá.

Planejamento didático		
Instituição: Escola Municipal “Luiz Vaz de Camões”		
Docente: Wanderleia Mafra de Moura Correia	Componente Curricular/Campos de experiências: História/Geografia/Arte	
Período: de 14/08 à 22/08		
Data	Atividades	Recursos
Data: 14/08 Aula 1: 60min <b>História</b> <b>Conteúdo:</b> Memória e patrimônio histórico e cultural da cidade. <b>Objetivos da aprendizagem:</b> Entender o conceito de patrimônio relacionando à ideia de pertencimento, valorização e preservação da memória do município.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Roda de conversa</li> <li>Apresentação das imagens através das fichas com as informações e as perguntas, previamente elaboradas.</li> <li>Leitura individual das informações contidas na ficha e apresentação da imagem para os demais colegas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fichas com imagens e informações sobre o objeto</li> </ul>
Data: 15/08 Aula 2: 60min <b>Geografia</b> <b>Conteúdo:</b> Formas de representação cartográfica: imagens bidimensionais e tridimensionais do município; Pontos Cardeais. <b>Objetivos da aprendizagem:</b> Identificar e interpretar imagens bidimensionais e tridimensionais no programa de mapas Google Earth, destacando a passagem da realidade concreta do espaço em que se vive, para a representação sob a forma de mapa virtual e interativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Roda de conversa e organização para o início dos trabalhos</li> <li>Navegar no Google Earth, projetando-o na TV</li> <li>Elaborar o roteiro</li> <li>Construir o mapa do roteiro no Google Earth e imprimir</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Notebook com acesso a internet</li> <li>Impressora</li> </ul>
Data: 18/08 Aula 3: 2h <b>Geografia</b> <b>Conteúdo:</b> Mudanças e transformações das Paisagens dos lugares de vivência, a partir das atividades socioeconômicas <b>Objetivos da aprendizagem:</b> Perceber as transformações ocorridas no seu espaço de vivência, a partir das atividades socioeconômicas, observando suas repercussões no ambiente, no modo de vida	<ul style="list-style-type: none"> <li>Preparação para Aula passeio, com as instruções seguindo o roteiro: o caminho, a visitação às igrejas e ao museu em paralelo ao rio Itiberê e no âmbito do Centro Histórico de Paranaguá.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mapa</li> <li>Garrafa com água individual</li> </ul>

das pessoas e na forma das construções presentes no espaço.		
Data: 21/08 Aula 4: 60min <b>Arte</b> <b>Conteúdo:</b> Arte Naif: conhecimento e composições artísticas. <b>Objetivos da aprendizagem:</b> Conhecer arte naif para valorizá-las e realizar propostas artísticas relacionadas a este tipo de arte.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aula expositiva dialogada sobre arte Naif, com apresentação de slides com imagens de obras de arte com o conceito da arte Naif</li> <li>• Proposta de uma composição com dobradura fixada na cartolina</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Papel sulfite</li> <li>• Lápis de cor</li> <li>• Giz de cera</li> <li>• Cola branca</li> <li>• Cartolina</li> </ul>
Data: 22/08 Aula 5: 60min <b>Arte:</b> <b>Conteúdo:</b> Arte Naif: conhecimento e composições artísticas. <b>Objetivos da aprendizagem:</b> Realizar composições artísticas, tendo como referência, obras de arte, com o conceito Naif, desde o século XIX até a contemporaneidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Continuação da atividade prática da aula anterior</li> <li>• Exposição dos trabalhos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Papel sulfite</li> <li>• Lápis de cor</li> <li>• Giz de cera</li> <li>• Cola branca</li> <li>• Cartolina</li> </ul>
24/10 Montagem da exposição		Papel TNT, as produções, grampeador de parede

## ANEXO II

Figura 24 - Base Cartográfica – Rio Itiberê



Fonte: Prefeitura de Paranaguá.

[https://geonode.paranagua.pr.gov.br/maps/new?layer=geonode:a\\_\\_041\\_001\\_hidrografiaPgua](https://geonode.paranagua.pr.gov.br/maps/new?layer=geonode:a__041_001_hidrografiaPgua)

## ANEXO III

### Termo de autorização de uso de imagem e som



#### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM

AUTORIZO o uso de imagem e voz do menor \_\_\_\_\_ sob minha responsabilidade, em fotos e/ou vídeos, sem fins lucrativos, para serem utilizadas com finalidade institucional nas publicações da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no portal institucional, redes sociais, mídias eletrônicas, e também em outras possíveis peças de comunicação (cartazes, folders, entre outros) que, eventualmente, venham a ser veiculadas pela Universidade e instituições parceiras (sem fins lucrativos).

A presente autorização é concedida de livre e espontânea vontade a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e voz pessoal em todo território nacional e no exterior, nos diversos formatos de mídia eletrônica, online e impressa.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

\_\_\_\_\_  
Nome do responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável